

# Diário do Acionista

ANO X • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sexta-feira, 24 de abril de 2026 • Nº 2284 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

## PRESIDENTE DA ALERJ

THIAGO LONTRA/ALERJ



## Douglas Ruas pede ao STF para assumir governo do RJ

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), deputado Douglas Ruas (PL) (foto), pediu ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) para exercer interinamente o governo do estado até que a Corte decida sobre as eleições para mandato-tampão do Executivo estadual. Ruas foi eleito, na semana passada, para comandar a Casa após o ex-deputado Rodrigo Bacellar (União) ter sido cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) na mesma decisão que condenou o ex-governador Cláudio Castro à inelegibilidade até 2030. O novo presidente disse ao Supremo que deve assumir o comando do estado interinamente por estar na linha sucessória, conforme determina a Constituição fluminense. Dessa forma, segundo o parlamentar, o presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Ricardo Couto de Castro, que exerce interinamente o cargo de governador do estado, não pode continuar no cargo. O pedido para Douglas assumir o cargo de governador foi enviado ao ministro Luiz Fux, relator de uma das ações que vai decidir se as eleições para o mandato-tampão. **PÁGINA 14**

## MINERAIS RAROS

# STF valida restrições à compra de terras por estrangeiros no país

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, manter as restrições para a compra de terras rurais no Brasil por empresas nacionais controladas por estrangeiros. Os ministros negaram uma ação movida pela Sociedade Rural Brasileira (SRB) contra lei de 1971 que rege o tema, e acolheram o processo da Advocacia-Geral da União

(AGU) que pedia sua validação. O julgamento havia sido suspenso em março por pedido de vista do ministro Alexandre de Moraes, que reajustou seu voto - inicialmente contrário às restrições. Em seu voto atualizado, proferido ontem, Moraes disse que as restrições são necessárias para salvaguardar a soberania nacional e minerais críticos. **PÁGINA 3**

## BALANÇO



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

# Prejuízo dos Correios em 2025 atinge R\$ 8,5 bilhões

Os Correios registraram um prejuízo de R\$ 8,5 bilhões em 2025. O valor é mais de três vezes superior ao verificado em 2024, quando a estatal anunciou prejuízo e R\$ 2,6 bilhões. De acordo com a empresa, o resultado é influenciado, majoritariamente, pelo provisionamento de obrigações judiciais e o aumento de custos operacionais. A maior parte desse valor advém de processos judiciais, que custaram aos Correios R\$ 6,4

bilhões no ano passado (55,12% acima de 2024). "É um ciclo vicioso. A dificuldade de caixa gera dificuldade de pagamento ao fornecedor, isso afeta a operação. Ao afetar a operação, a gente macula a capacidade de aumentar o volume [de trabalho] ou de gerar novos contratos", explicou o presidente dos Correios, Emmanuel Schmidt Rondon (foto), em entrevista coletiva na sede da empresa em Brasília. **PÁGINA 2**

## SÃO PAULO

## Empresária morre após passar por 3 cirurgias estéticas

Uma empresária morreu na última segunda-feira, após realizar três cirurgias estéticas no mesmo dia em um hospital na zona sul de São Paulo. Bianca Naufel Saliba, de 43 anos, foi até o Hospital Saint Peter para realizar uma lipoescultura, uma abdominoplastia e uma mastopexia. O marido de Bianca contou que ela pesquisou por vários meses por profissionais para realizar os procedimentos e chegou até o cirurgião plástico Seung Lee. **PÁGINA 8**

## AGRICULTURA



## Lula: qualidade é essencial para agro ampliar exportação

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (foto) defendeu, ontem, a sofisticação dos produtos da agricultura brasileira para conquistar mais mercados internacionais. Lula destacou a diversidade e a produção em larga escala no país, mas disse que também é preciso prezar pela qualidade. "Nós sabemos que não basta produzir. Para a gente ganhar mercado é preciso produzir com excelência de qualidade. **PÁGINA 9**

## INDICADORES

| IBOVESPA 0,33% / 656,62 / 198.657,33 / Volume: 33.255.133.146 / Negócios: 4.091.030 |       |        |       |       |        | Bolsas no mundo |       | Salário mínimo | R\$ 1.621,00 | IGP-M   | 0,52% (mar.) | EURO turismo     | Compra: 5,9583 | Venda: 6,1383   |                  |               |         |                |                |               |
|---|-------|--------|-------|-------|--------|-----------------|-------|----------------|--------------|---------|--------------|------------------|----------------|-----------------|------------------|---------------|---------|----------------|----------------|---------------|
| Mais Negociados   |       |        |       |       |        | Majores Altas   |       | Majores Baixas |              | Ufir-RJ | R\$ 4,9604   | CDI              | 0,88% (mar.)   | DÓLAR Ptax - BC | Compra: 4,9806   | Venda: -0,87% |         |                |                |               |
| Preço   | %     | Oscil. | Preço | %     | Oscil. | Preço           | %     | Oscil.         | Fechamento   | %       | Taxa Selic   | (18/03)          | 14,65%         | DÓLAR comercial | Compra: 4,9928   | Venda: 4,9934 |         |                |                |               |
| PETR4   | 47,88 | -3,82  | -1,90 | BOBR4 | 1,44   | +22,03          | +0,26 | MAPT4          | 3,10         | -19,90  | -0,77        | S&P 500          | 48.535,99      | +0,66           | NASDAQ Composite | 23.639,083    | +1,96   |                |                |               |
| ITSA4   | 14,83 | +0,82  | +0,12 | EQPA5 | 12,00  | +19,28          | +1,94 | SEQL3          | 0,140        | -12,50  | -0,020       | NASDAQ Composite | 23.639,083     | +1,96           | TR               | (15/04)       | 0,1712% | EURO Comercial | Compra: 5,8875 | Venda: 5,8881 |
| B3SA3   | 19,68 | +2,18  | +0,42 | TPIS3 | 10,69  | +18,91          | +1,70 | CEGR3          | 32,91        | -11,22  | -4,16        | Nasdaq 100       | 25.841,995     | +1,81           | BM&F/grama/RJ    | R\$ 780,18    |         | DÓLAR turismo  | Compra: 5,0135 | Venda: 5,1935 |
| COGN3   | 3,28  | +4,79  | +0,15 | AMER3 | 7,24   | +15,65          | +0,98 | BRSR6          | 16,80        | -11,16  | -2,11        | Euronext 100     | 1.846,36       | +0,89           | Poupança         | 15/04)        | 0,6721% |                |                |               |
| BBD4  | 20,78 | +0,92  | +0,19 | PMAM3 | 0,64   | +14,29          | +0,08 | BRSR5          | 17,54        | -7,68   | -1,46        | CAC 40           | 8.327,86       | +1,12           |                  |               |         |                |                |               |

## MERCADOS



## Com NY, Bolsa segue em baixa, no menor nível desde 8 de abril

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Alinhada ao sinal de Nova York, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) emendou um segundo ajuste negativo, acumulando perda, até aqui, de 2,23% na semana em mais um dia de correção linear entre as principais blue chips, à exceção de Petrobras (ON 1,13%, PN +1,36%), como na quarta-feira, acompanhando ganho, na casa de 3%, para o Brent e o WTI. Os futuros da commodity registraram alta pela quarta sessão seguida.

Assim, desde a máxima histórica de fechamento, de 198,6 mil pontos na terça-feira, 14, o Índice Bovespa (Ibovespa) obteve apenas um leve ganho, de 0,2%, na última segunda-feira. Em seis sessões, foram cinco perdas, considerando a desta quinta, de 0,78%, que o colocou aos 191.378,43 pontos. Foi o menor nível de fechamento para o Ibovespa desde 8 de abril, então na casa dos 188 mil pontos.

O giro financeiro foi de R\$ 24,9 bilhões nesta quinta-feira, com os dados mais recentes da B3 sinalizando retração, fluxo de saída, do investidor estrangeiro da Bolsa. No mês, o Ibovespa sobe 2,09%, colocando o ganho do ano a 18,78%. Nesta quinta, o índice da B3 oscilou dos 190.929,82 até os 193.346,63 pontos, saindo de abertura aos 192.889,13 pontos.

Nesta quinta-feira, contudo, poucos dentre os papéis de primeira linha listados na B3 conseguiram escapar da correção. No setor financeiro, as perdas do dia ficaram entre

0,83% (Santander Unit) e 2,16% (Bradesco PN). Principal papel do Ibovespa, Vale ON caiu 1,43%. Na ponta ganhadora do índice, Hapvida (+5,14%), Azzas (+2,33%) e WEG (+1,86%). No lado oposto, C&A (-5,85%), Vamos (-5,68%) e Braskem (-5,01%).

Em Nova York, no fechamento, Dow Jones -0,36%, S&P 500 -0,41% e Nasdaq -0,89%.

## DÓLAR

Após romper o piso de R\$ 4,95 pela manhã, o dólar ganhou força ao longo da tarde com o aumento da aversão ao risco no exterior e encerrou a sessão de ontem, acima do nível psicológico de R\$ 5,00. Investidores abandonaram divisas emergentes para buscar abrigo na moeda americana com o aumento das incertezas em torno do conflito no Oriente Médio, após o presidente do parlamento iraniano, Mohammad Ghalibaf, deixar a equipe de negociações com os EUA e ameaças de ataques mútuos entre Israel e Irã.

Com máxima de R\$ 5,0176, na última hora de negócios, o dólar à vista encerrou a sessão em alta de 0,6%, a R\$ 5,0036 - pela primeira vez acima de R\$ 5,00 no fechamento desde o último dia 10 (R\$ 5,0115). Operadores afirmam que houve um movimento mais forte de realização de lucros e recomposição de posições defensivas no fim da tarde. Com o avanço desta quinta-feira, o dólar passa a exibir alta na semana (0,41%). Em abril, as perdas são de 3,38%.

## PARCELA DE RENDA

## Supremo manda CMN revisar e elevar mínimo existencial

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que o Conselho Monetário Nacional (CMN) realize estudos anuais para avaliar a necessidade de atualizar o valor do chamado mínimo existencial - parcela da renda que é protegida da cobrança de credores para garantir o mínimo necessário à subsistência, atualmente fixado em R\$ 600. Os ministros não determinaram o reajuste, mas fizeram um apelo ao CMN e ao Executivo para atualizarem o valor quando os estudos indicarem essa necessidade.

A Corte também determinou a inclusão do crédito consignado entre as parcelas de dívidas que não podem comprometer o mínimo existencial. A maioria dos ministros entendeu que é inconstitucional a norma que excluiu o consignado do cálculo para verificar a preservação ou não dessa parcela. Nesse ponto, divergiram os ministros Flávio Dino, Cristiano Zanin, Luiz Fux e Cármen Lúcia.

O Supremo julgou três ações contra decretos que fixaram um patamar mínimo que não pode ser comprometido para o pagamento de dívidas. Os processos foram movi-

dos pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) e pela Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep). Sem a definição de um parâmetro nacional, o Judiciário seria obrigado a analisar as situações caso a caso.

As associações alegaram que o valor fixado não é suficiente para atender as necessidades vitais básicas dos cidadãos (como moradia, alimentação, educação e saúde), e por isso seria incompatível com o princípio da dignidade humana.

Em 2022, o então presidente Jair Bolsonaro (PL) publicou decreto que fixava como mínimo existencial o patamar de 25% do salário mínimo, o que na época correspondia a R\$ 303.

O decreto foi alterado em 2023 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que estabeleceu um valor absoluto para o mínimo existencial no patamar de R\$ 600, equivalente a 45,45% do salário mínimo vigente na época.

O relator, André Mendonça, considerou que os patamares "são razoáveis e proporcionais" e conferem, ao mesmo tempo, segurança jurídica ao mercado de crédito e proteção suficiente aos superendividados.

## BALANÇO

# Prejuízo dos Correios chega a R\$ 8,5 bilhões em 2025

GILBERTO COSTA/ABRASIL

Os Correios registraram um prejuízo de R\$ 8,5 bilhões em 2025. O valor é mais de três vezes superior ao verificado em 2024, quando a estatal anunciou prejuízo e R\$ 2,6 bilhões.

De acordo com a empresa, o resultado é influenciado, majoritariamente, pelo provisionamento de obrigações judiciais e o aumento de custos operacionais.

A maior parte desse valor advém de processos judiciais, que custaram aos Correios R\$ 6,4 bilhões no ano passado (55,12% acima de 2024). O passivo na Justiça é formado especialmente por demandas trabalhistas, como os pagamentos reivindicados pelos empregados para receberem adicionais de periculosidade e adicionais pela atividade de distribuição e coleta externa.

No ano passado, a receita bruta dos Correios, não considerados os pagamentos que a empresa deveria fazer, foi de R\$ 17,3 bilhões (11,35% abaixo de 2024). O balanço da empresa será publicado no Diário Oficial da União.

Diante do acúmulo de prejuízos, a empresa buscou credores e recebeu um aporte que totalizou R\$ 12 bilhões em empréstimos de bancos públicos e privados.

## CICLO VICIOSO

Desde o último trimestre de 2022, os Correios apresentam resultados parciais negativos. No total, a empresa acumula 14 trimestres de ônus.

"É um ciclo vicioso. A dificuldade de caixa gera dificuldade de pagamento ao fornecedor, isso afeta a operação. Ao afetar a operação, a gente macula a capacidade de aumentar o volume [de trabalho] ou de gerar novos contratos", explicou o presidente dos Correios, Emmanoel Schmidt Rondon, em entrevista coletiva na sede da empresa em Brasília.

Segundo ele, a estatal também não consegue compensar imediatamente a baixa nas receitas com cortes de gastos.

"A estrutura de custo é muito rígida, e está ancorada em desperdas de custos fixos. Quando há uma queda de receita, não se consegue diminuir a despesa no mesmo momento para poder fazer esse equacionamento", explicou.

## DESMATERIALIZAÇÃO

O balanço negativo ocorre em anos de mudança estrutural no campo de atividade dos Correios, quando as empresas de comércio eletrônico expandem sua atividade logística - não mais dependendo dos Correios.

O fenômeno concorrencial ocorre após a estatal perder nicho do mercado de postagem com as mudanças das formas de comunicação, o que Rondon chama de "desmaterialização" da carta.

Economista por formação, o presidente assumiu o cargo em setembro do ano passado, com mandato até agosto de 2027, com objetivo de reestruturar a estatal.

Entre medidas saneadoras, a empresa abriu dois planos de demissão voluntária (PDV). Na edição deste ano, 3.181 aderiram ao desligamento. O volume de adesões foi menor que o obtido no PDV 2024/2025, 3.756 empregados, mas o ingresso no plano só foi possível em prazo menor - entre fevereiro e abril deste ano.

A perspectiva inicial da estatal era fazer 10 mil desligamentos. Outros processos de demis-

são voluntária poderão ser abertos no futuro.

## PRIVATIZAÇÃO

Os Correios adotaram medidas para diminuir custos com as operações de recebimento, distribuição e entrega; renegociaram dívidas com fornecedores e estenderam prazos de pagamento. Também começaram a reduzir gastos com a ocupação de imóveis e com a manutenção de agências.

Emmanoel Rondon acredita que a empresa apresente resultados econômicos positivos a partir de 2027 e que, conforme a reestruturação, possa captar mais recursos entre financiadores.

Ele não considera a possibilidade de privatização, como defendem correntes de economistas pró-mercado.

"Esse assunto não está na pauta aqui. Estamos apresentando os resultados. Privatização ou não é uma decisão do controlador [o governo federal]. O que que a gente quer? Aqui estamos trabalhando em um plano de gestão de recuperação, para que a empresa permaneça íntegra, viável, que preste um bom serviço, dê resultado positivo", afirmou.

## PROJETO

## Governo pretende converter receitas extras com petróleo em desonerações

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O governo federal enviou ontem ao Congresso o Projeto de Lei Complementar 114 de 2026, que cria um mecanismo para reduzir tributos sobre combustíveis caso haja aumento de arrecadação com receitas do petróleo. A proposta foi apresentada pelo líder do PT na Câmara, deputado Paulo Pimenta.

Pouco antes das 16h, o Ministério da Fazenda tinha anunciado que a medida envolveria novos cortes diretos de impostos. No entanto, o ministro Dario Durigan corrigiu a informação.

"Não estamos fazendo anúncio de redução tributária de nenhum tributo, e, sim, de um mecanismo discutido com o Congresso para minorar o impacto da guerra", declarou o ministro, em referência aos efeitos do conflito no Oriente Médio sobre os preços de combustíveis.

## PROPOSTA

A proposta prevê que receitas extraordinárias provenientes do petróleo, como royalties e venda de petróleo do pré-sal, sejam usadas para compensar reduções de impostos sobre combustíveis.

Poderiam ser abatidas as alíquotas do Programa de Integração Social (PIS), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) sobre diesel, gasolina, etanol e biodiesel.

A proposta inicial prevê duração do regime enquanto durar a guerra no Oriente Médio. Assim que for constatado aumento de receitas, o presidente da República poderá editar um decreto com desonerações de combustíveis.

As reduções de tributos valeriam por dois meses, com revi-

sões após o fim do período.

Segundo o ministro do Planejamento, Bruno Moretti, isso permitirá a manutenção da neutralidade fiscal, sem impacto para as contas públicas.

"Se houver aumento extraordinário da receita, esse aumento servirá de compensação para redução de tributos aplicáveis a esses combustíveis", afirmou Moretti.

De acordo com o ministro, a cada redução de R\$ 0,10 nos tributos sobre a gasolina, por um período de dois meses, o impacto estimado é de R\$ 800 milhões.

## ARTICULAÇÃO

A articulação política para a efetivação da medida envolve o Congresso Nacional. O ministro das Relações Institucionais, José Guimarães, afirmou que o tema será discutido na próxima terça-feira com líderes da Câmara.

Segundo ele, o presidente da

Câmara, Hugo Motta, e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, demonstraram apoio à proposta.

## MEDIDAS RECENTES

Nos últimos meses, o governo tem adotado medidas para conter a alta dos combustíveis. Entre elas, a desoneração do PIS/Cofins sobre o diesel e a concessão de subsídios que chegaram a R\$ 1,52 por litro para o diesel importado e a R\$ 1,12 por litro para o nacional.

Segundo a Petrobras, os tributos federais representam cerca de R\$ 0,68 do valor final ao consumidor, no cálculo que considera um preço médio de R\$ 6,77 o litro.

Atualmente, o diesel e o biodiesel estão com PIS e Cofins zerado. A gasolina e o etanol, no entanto, continuam com a mesma tributação de antes do início da guerra.

## ANEEL

## Procuradoria teve manifestação contrária ao recurso da J&F no leilão de reserva

RENAN MONTEIRO/AE

A Procuradoria Federal junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) proferiu manifestação contrária ao recurso da J&F no âmbito do leilão de reserva de capacidade. O tema ainda não foi votado pela diretora.

ria da reguladora.

A J&F questiona parcialmente o resultado do leilão, pedindo anulação de parte do resultado e reabertura da fase de lances para a negociação de contratos. Como alternativa, solicitou também a conciliação sobre os pontos questionados.

A Procuradoria da Aneel defendeu que houve aplicação "regular e objetiva" das regras do edital, sem "surpresa, erro na realização do certame ou qualquer falha da Administração", conforme o parecer publicado no trâmite processual.

Em despacho já disponibili-

zado, a Comissão Permanente de Leilões também negou provimento ao recurso interposto pela J&F. Com manifestação da comissão de licitação e da Procuradoria, o processo poderá ser submetido à deliberação do colegiado em reunião pública.

Diário do  
**Acionista**

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908  
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002  
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar  
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000  
Tel.: (11) 2655-1899

## Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

**ANJ** ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS



ACESSE NOSSO SITE

## MINERAIS RAROS

# STF valida restrições à compra de terras por estrangeiros

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, manter as restrições para a compra de terras rurais no Brasil por empresas nacionais controladas por estrangeiros. Os ministros negaram uma ação movida pela Sociedade Rural Brasileira (SRB) contra lei de 1971 que rege o tema, e acolheram o processo da Advocacia-Geral da União (AGU) que pedia sua validação.

O julgamento havia sido suspenso em março por pedido de vista do ministro Alexandre de Moraes, que reajustou seu voto - inicialmente contrário às restrições. Em seu voto atualizado, proferido ontem, Moraes disse que as restrições são necessárias para salvaguardar a soberania nacional e minerais críticos.

Também votaram nesse sentido o relator, Marco Aurélio Mello (aposentado), Flávio Dino, Cristiano Zanin, Kássio Nunes Marques, Gilmar Mendes, Luiz Fux, Dias Toffoli e Edson Fachin.

O centro da controvérsia estava em definir se as empresas com capital majoritariamente estrangeiro devem se submeter às mesmas restrições impostas às empresas estrangeiras. De acordo com a lei questionada, as duas situações recebem o mesmo tratamento jurídico, o que foi contestado pela SRB.

Ao longo dos debates, ministros destacaram que praticamente todos os países do mundo têm algum controle sobre a aquisição de terras rurais por estrangeiros. Também consideraram que, apesar de ter sido editada antes de 1988, ela é compatível com

a Constituição e necessária para proteger a soberania nacional.

"A lei não é anacrônica, pelo contrário", disse o ministro Flávio Dino. "A apropriação de bases físicas dos países constitui uma dimensão fundamental da defesa da soberania, seja por conta dos recursos naturais, hídricos e os recursos do subsolo", acrescentou.

Entre as restrições, está a exigência de autorização do Incra para aquisição de terras de até 100 módulos e aprovação do Congresso para compra de terras com mais de 100 módulos. O módulo é uma unidade de medida em hectares, que varia para cada município.

Segundo o Incra, há 700 processos em curso e o prazo médio para análise dos pedidos de aquisição de terras é de seis meses.

## DEPUTADOS DO PSOL

Parlamentares do PSOL encaminharão à Procuradoria-Geral da República (PGR) uma representação contra o ex-governador de Goiás, Ronaldo Caiado (PSD), que pede a anulação da venda da mineradora Serra Verde, que fica em Minaçu (GO), para a empresa norte-americana USA Rare Earth (USAR).

O documento é assinado pelos deputados federais Sâmia Bomfim (SP), Glauber Braga (RJ) e Fernanda Melchionna (RS). Os três parlamentares requerem a apuração da operação e a adoção de medidas para o cancelamento imediato de todos os atos relacionados à essa negociação. Isso inclui acordos, pagamentos e contratos.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

FACILITY ASSOCIAÇÃO DOS EVANGÉLICOS E MILITARES PROPRIETÁRIOS DE VEÍCULOS DO RIO DE JANEIRO  
Convoca-se todos os interessados para a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia quatro de maio de dois mil e vinte e seis (04/05/2026), à Rua João Alfredo, 19, bairro Centro, município Nova Iguaçu, estado do Rio de Janeiro, CEP: 26.225-350. A Assembleia será instalada em primeira convocação às 10h (dez horas), com a presença de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos associados em condições de votar, em segunda convocação às 10h30 (dez horas e trinta minutos), com a presença da maioria absoluta dos associados; e, em terceira e última convocação às 11h (onze horas), com qualquer número de associados presentes. A Assembleia terá como ordem do dia os seguintes assuntos: 1) Aprovação da prestação de contas do exercício 2025.

Nova Iguaçu/RJ, 23 de abril de 2026.  
José Eduardo de Almeida Dias  
Diretor Presidente

SUDESTE S.A.  
CNPJ/MF: 02.062.747/0001-08 - NIRE: 33.3.0016579-7  
COMPANHIA ABERTA  
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Realizada em 23 de abril de 2026  
1. Hora, Data e Local: Ao dia 23 (vinte e três) do mês de abril de 2026, às 10 horas, na sede da SUDESTE S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Antônio Carlos, nº 51, 10º andar (parte), Centro. 2. Convocação e Presença: Dispensada a publicação de editais de convocação face à presença da totalidade dos acionistas da Companhia, na forma do parágrafo 4º, artigo 124 da Lei 6.404/76, conforme livro de presença de acionistas. 3. Mesa: Presidente da Assembleia: Norberto Aguiar Tomaz Secretária da Assembleia: Ana Carolina Silva 4. Ordem do Dia: Deliberar sobre: (i) a redução do capital social da Companhia, por julgá-lo excessivo com relação ao objetivo atual da Companhia, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76; (ii) em caso de aprovação, a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, de forma a refletir a redução do capital social. 5. Deliberações: Iniciados os trabalhos, foram tomadas as seguintes deliberações, por unanimidade e sem ressalvas, no âmbito das matérias constantes da Ordem do Dia: (i) Aprovação da redução do capital social da Companhia em R\$ 13.520.858,16 (treze milhões, quinhentos e vinte mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e dezesseis centavos), por julgá-lo excessivo em relação às atividades desenvolvidas pela Companhia, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404.1976, sem o cancelamento de ações, passando o capital social de R\$ 98.987.621,78 (noventa e oito milhões, novecentos e oitenta e sete mil, seiscentos e vinte e seis reais e setenta e oito centavos) para R\$ 85.466.763,62 (oitenta e cinco milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, setecentos e sessenta e três reais e sessenta e dois centavos), a ser realizado mediante a restituição do valor aos acionistas da Companhia, na proporção da participação de cada um no capital social da Companhia. Considerando que o valor de restituição a que faria jus o acionista Multiconsult Investimentos Ltda. corresponde a uma fração de centavo de real (R\$ 0,00001), consignar que a restituição ocorrerá integralmente em favor do acionista BLF Fundo de Investimento Financeiro Multimercado - Responsabilidade Limitada, que fará jus ao valor total de R\$ 13.520.858,16 (treze milhões, quinhentos e vinte mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e dezesseis centavos) mediante a entrega dos seguintes bens: (a) 951.000 (novecentas e cinquenta e uma mil) ações ordinárias e (b) 2.979.000 (dois milhões, novecentas e setenta e nove mil) ações preferenciais Classe A, todas nominativas e sem valor nominal de emissão da companhia aberta Grupo Salta Educação S.A., inscrita no CNPJ sob nº 17.765.891/0001-70 ("Grupo Salta") e de titularidade da Companhia, avaliadas com base nos valores contábeis apurados no balanço da Companhia de 31 de março de 2026. Observados os requisitos e prazos legais aplicáveis, os Acionistas autorizaram a Administração a tomar as providências para realizar a transferência dos ativos descritos acima. (ii) Em decorrência da redução de capital social deliberada acima, aprovação da alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: "Art. 5º - O capital social é de R\$ 85.466.763,62 (oitenta e cinco milhões, quatrocentos e sessenta e três mil, setecentos e sessenta e três reais e sessenta e dois centavos), dividido em 7.530.483.602,362 (sete trilhões, quinhentos e trinta bilhões, quatrocentos e oitenta e três milhões, seiscentas e duas mil, trezentas e sessenta e duas) ações ordinárias, todas sob a forma nominativa e sem valor nominal." 6. Encerramento: Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, não houve qualquer manifestação. Assim sendo, foi encerrada a sessão e lavrada esta ata, que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Acionistas Presentes: BLF Fundo de Investimento Financeiro Multimercado - Responsabilidade Limitada e Multiconsult Investimentos Ltda. Rio de Janeiro, 23 de abril de 2026. Norberto Aguiar Tomaz-Presidente da Assembleia - Ana Carolina Silva-Secretária da Assembleia.

Acionistas:  
BLF FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO MULTIMERCADO  
RESPONSABILIDADE LIMITADA  
MULTICONSULT INVESTIMENTOS LTDA.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE  
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

GOVERNO DO BRASIL  
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.007/2026**

A pregoeira Jerusa Ferreira Dias convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº 90.007/2026 no dia 07/05/2026 às 11h00min. - Objeto: Aquisição de Medicamentos do grupo antibióticos IV (NITROFURANTOÍNA 100 MG CÁPSULA, NORFLOXACINO 400 MG COMPRIMIDO, OXACILINA SÓDICA 500 MG INJETÁVEL e etc.) Processo nº. 33409.011898/2025-74. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras-pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

TRANSMISSORA PORTO ALEGRENSE DE ENERGIA S/A  
CNPJ/MF nº 10.938.103/0001-50 - NIRE 33.3.0033445-9  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO  
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas da TRANSMISSORA PORTO ALEGRENSE DE ENERGIA S/A, sociedade anônima, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, sala 1.801 (parte), Botafogo, CEP 22.250-040, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.938.103/0001-50 ("Companhia"), na forma do art. 13, parágrafo segundo, do Estatuto Social da Companhia, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a ser realizada em 30 de abril de 2026, às 15:00h, NA MODALIDADE ASSEMBLEIA DIGITAL, nos termos da Seção VIII, do Capítulo II, do Anexo V, da IN DREI nº 81/2020, sendo considerada realizada na sede da Companhia para os fins legais, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

- examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das Notas Explicativas e do parecer dos Auditores Independentes;
- deliberar sobre a destinação dos resultados apurados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025;
- Eleger como membros do Conselho de Administração da Companhia: Sr. José Guilherme Cruz Souza, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 835772, expedida pelo SSP/ES, inscrito no CPF/ME sob o nº 003.669.617-05, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia; Sr. Felipe Monteiro Bastos Viveiros de Moura, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 28.854.743-3, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 158.823.107-09, para o cargo de membro de Conselho de Administração da Companhia e Sr. Rodrigo Costa Rocha, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 64842263, inscrito no CPF/ME sob o nº 005.456.317-85, para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, todos com o escritório na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Bartolomeu Miltre nº 336, 5º andar, parte, Leblon, CEP 22.431-002; e
- autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários para formalizar e implementar as deliberações eventualmente aprovadas em AGO.

Os documentos pertinentes às matérias que serão deliberadas na AGO, incluindo o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025, se encontram à disposição dos acionistas na sede da Companhia e em seu endereço eletrônico: <https://www.v2energia.com/info-financieiras-tpae/> ("Website").  
A ASSEMBLEIA SERÁ REALIZADA NA MODALIDADE DIGITAL E A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS SERÁ APENAS A DISTÂNCIA, POR MEIO DE SISTEMA ELETRÔNICO, nos termos da Seção VIII, do Capítulo II, do Anexo V, da IN DREI nº 81/2020, mediante utilização da plataforma Microsoft Teams, conforme as instruções detalhadas contidas no Website. A fim de viabilizar o acesso à plataforma, os acionistas deverão enviar solicitação à Companhia pelo e-mail [bruno.sieiro\\_ext@v2energia.com](mailto:bruno.sieiro_ext@v2energia.com), com antecedência mínima de 30 minutos antes da realização da AGO (ou seja, até às 14:30 do horário de Brasília no dia 30 de abril de 2026), com a documentação comprobatória dos poderes do participante e observados os procedimentos detalhados no Website. A Companhia enviará as respectivas instruções para acesso ao sistema eletrônico de participação na AGO aos acionistas que tenham apresentado sua solicitação no prazo e nas condições acima.

Rio de Janeiro, 20 de abril de 2026.  
José Guilherme Cruz Souza  
Presidente do Conselho de Administração

## Irapuru Holding S.A.

CNPJ/MF nº 48.203.311/0001-84

## Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

|   | Controladora   |                  | Consolidado      |                  |   | Controladora   |                  | Consolidado      |                  |
|---|----------------|------------------|------------------|------------------|---|----------------|------------------|------------------|------------------|
|   | 2025           | 2024             | 2025             | 2024             |   | 2025           | 2024             | 2025             | 2024             |
| <b>Ativo Circulante</b>                 |                |                  |                  |                  | <b>Passivo Circulante</b>                       |                |                  |                  |                  |
| Caixa e equivalentes de caixa           | 56.394         | 339.782          | 151.993          | 403.366          | Contas a pagar e Fornecedores                   | 33             | 26               | 125.872          | 52.815           |
| Caixa restrito e depósitos restituíveis | -              | -                | 8.950            | -                | Contas a pagar - Partes relacionadas            | 145            | 270              | 11.266           | 22.070           |
| Contas a receber de clientes            | -              | -                | 35.048           | -                | Empréstimos e financiamentos                    | 347.567        | 379.214          | 369.714          | 379.239          |
| Contas a receber - Partes relacionadas  | 4.498          | 145.250          | 9.887            | -                | Passivo de arrendamento                         | -              | -                | 60               | -                |
| Despesas antecipadas                    | -              | -                | 2.041            | -                | Obrigações sociais e trabalhistas               | 83             | -                | 83               | -                |
| Impostos e contribuições a recuperar    | 4.545          | 3.540            | 5.671            | 3.650            | Obrigações tributárias                          | 29             | 39               | 9.837            | 2.838            |
| Dividendos a receber                    | 10.061         | -                | -                | -                | Dividendos a pagar                              | 21             | 21               | 21               | 21               |
| Outras contas a receber                 | 682            | 682              | 713              | 713              | Outras contas a pagar                           | 23             | 23               | 23               | 23               |
| <b>Total do ativo circulante</b>        | <b>76.180</b>  | <b>489.254</b>   | <b>214.303</b>   | <b>407.729</b>   | <b>Total do passivo circulante</b>              | <b>347.901</b> | <b>379.593</b>   | <b>516.876</b>   | <b>457.006</b>   |
| <b>Não circulante</b>                   |                |                  |                  |                  | <b>Não circulante</b>                           |                |                  |                  |                  |
| Caixa restrito e depósitos restituíveis | -              | -                | 6.143            | 5.508            | Contas a pagar e Fornecedores                   | -              | -                | 1.011            | -                |
| Depósitos judiciais                     | -              | 127              | -                | 127              | Empréstimos e financiamentos                    | 302.243        | 574.535          | 479.220          | 634.824          |
| Investimentos                           | 914.156        | 822.124          | -                | -                | Passivo de arrendamento                         | -              | -                | 11.948           | -                |
| Imobilizado                             | -              | -                | 1.155.767        | 1.035.843        | Provisão para desmobilização                    | -              | -                | 11.570           | -                |
| Ativo de direito de uso                 | -              | -                | 11.748           | -                | <b>Total do passivo não circulante</b>          | <b>302.243</b> | <b>574.535</b>   | <b>503.749</b>   | <b>634.824</b>   |
| <b>Total do ativo não circulante</b>    | <b>914.156</b> | <b>822.251</b>   | <b>1.173.658</b> | <b>1.041.478</b> | <b>Patrimônio líquido</b>                       |                |                  |                  |                  |
|   |                |                  |                  |                  | Capital social                                  | 358.008        | 358.008          | 358.008          | 358.008          |
|   |                |                  |                  |                  | Reserva de capital                              | (774)          | -                | (774)            | -                |
|   |                |                  |                  |                  | Prejuízos acumulados                            | (17.042)       | (631)            | (17.042)         | (631)            |
|   |                |                  |                  |                  |   | 340.192        | 357.377          | 340.192          | 357.377          |
| <b>Total do ativo</b>                   | <b>990.336</b> | <b>1.311.505</b> | <b>1.387.961</b> | <b>1.449.207</b> | Participação de acionistas não controladores    | -              | -                | 27.144           | -                |
|   |                |                  |                  |                  | <b>Total do patrimônio líquido</b>              | <b>340.192</b> | <b>357.377</b>   | <b>367.336</b>   | <b>357.377</b>   |
|   |                |                  |                  |                  | <b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b> | <b>990.336</b> | <b>1.311.505</b> | <b>1.387.961</b> | <b>1.449.207</b> |

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

| Notas  | Capital social | Reserva de capital | Reserva legal | Retenção de lucros | Prejuízos acumulados | Total          | Participação de não controladores | Total do patrimônio líquido |
|--|----------------|--------------------|---------------|--------------------|----------------------|----------------|-----------------------------------|-----------------------------|
|  |                |                    |               |                    |                      |                |                                   |                             |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>         | 55.008         | -                  | 4             | 64                 | -                    | 55.076         | -                                 | 55.076                      |
| Aumento de capital                             | 303.000        | -                  | -             | -                  | -                    | 303.000        | -                                 | 303.000                     |
| Absorção dos prejuízos                         | -              | -                  | (4)           | (64)               | 68                   | -              | -                                 | -                           |
| Prejuízo do exercício                          | -              | -                  | -             | -                  | (699)                | (699)          | -                                 | (699)                       |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>         | <b>358.008</b> | -                  | -             | -                  | <b>(631)</b>         | <b>357.377</b> | -                                 | <b>357.377</b>              |
| Transação de capital - Mudança de participação | -              | (774)              | -             | -                  | -                    | (774)          | -                                 | (774)                       |
| Venda de participação                          | -              | -                  | -             | -                  | -                    | -              | 27.907                            | 27.907                      |
| Prejuízo do exercício                          | -              | -                  | -             | -                  | (16.411)             | (16.411)       | (763)                             | (17.174)                    |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>         | <b>358.008</b> | <b>(774)</b>       | -             | -                  | <b>(17.042)</b>      | <b>340.192</b> | <b>27.144</b>                     | <b>367.336</b>              |

## Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

|   | Controladora |           | Consolidado |         |  | Controladora     |                  | Consolidado      |                  |
|---|--------------|-----------|-------------|---------|--|------------------|------------------|------------------|------------------|
|   | 2025         | 2024      | 2025        | 2024    |  | 2025             | 2024             | 2025             | 2024             |
| <b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>           |              |           |             |         | <b>Impostos e contribuições a recolher</b>                                   |                  |                  |                  |                  |
| Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social | (16.411)     | (699)     | (3.342)     | (679)   | Outras contas a pagar  | -                | 24               | -                | 23               |
| <b>Ajustes de itens sem desembolso de caixa</b>             |              |           |             |         | (-) Pagamento de impostos de renda e contribuição social                     | -                | (93)             | (8.408)          | (93)             |
| Depreciação do ativo imobilizado                            | -            | -         | 30.259      | -       | (-) Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros                        | (39.917)         | -                | (39.917)         | -                |
| Amortização de ativo de direito de uso                      | -            | -         | 387         | -       | <b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais</b>     | <b>107.704</b>   | <b>(149.676)</b> | <b>106.805</b>   | <b>44.314</b>    |
| Baixa de ativo imobilizado                                  | -            | -         | 33.580      | -       | <b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>                         |                  |                  |                  |                  |
| Juros sobre passivo de arrendamento                         | -            | -         | 1.250       | -       | Caixa restrito e depósitos restituíveis                                      | -                | -                | (9.585)          | (5.508)          |
| Juros sobre empréstimos e financiamentos                    | 58.646       | -         | 73.746      | -       | Aumento de capital em empresas investidas                                    | (75.110)         | (988.709)        | -                | -                |
| Amortização de despesa de contratação                       | 27           | -         | 50          | -       | Redução de capital em empresas investidas                                    | -                | 283.161          | -                | -                |
| Despesas sobre novas captações                              | (589)        | -         | (1.029)     | -       | Obrigações com aquisição de ativos   | -                | (16.463)         | -                | (16.463)         |
| Resultado de equivalência patrimonial                       | (36.485)     | 58        | -           | -       | Venda de participação em controladas   | 24.018           | -                | 24.018           | -                |
| Atualização de obrigações com aquisição                     | -            | -         | 177         | 177     | Aquisição de bens para o ativo imobilizado                                   | -                | -                | (150.945)        | (895.960)        |
| Atualização da provisão para desmobilização                 | -            | -         | 1.062       | -       | <b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>                 | <b>(51.092)</b>  | <b>(722.011)</b> | <b>(136.512)</b> | <b>(917.931)</b> |
| Perda com transações de capital                             | (774)        | -         | (774)       | -       | <b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>                        |                  |                  |                  |                  |
| Ganho e perda na venda de controladas                       | (500)        | -         | -           | -       | Ingresso de empréstimos e financiamentos                                     | -                | 944.317          | 119.711          | 1.004.606        |
| <b>(Aumento) redução nos ativos operacionais</b>            |              |           |             |         | Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal                        | (340.000)        | -                | (340.000)        | -                |
| Contas a receber de clientes                                | -            | -         | (31.170)    | -       | Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros                            | -                | (44.317)         | -                | (44.317)         |
| Contas a receber - Partes relacionadas                      | 144.630      | (145.177) | (9.887)     | 73      | Pagamento de principal e juros de passivo de arrendamento                    | -                | -                | (1.377)          | -                |
| Despesas antecipadas  | -            | -         | (2.041)     | -       | Aumento de capital   | -                | 303.000          | -                | 303.000          |
| Impostos a recuperar  | (1.005)      | (3.476)   | (2.021)     | (3.587) | <b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento</b> | <b>(340.000)</b> | <b>1.203.000</b> | <b>(221.666)</b> | <b>1.263.289</b> |
| Depósitos judiciais   | 127          | (85)      | 127         | (85)    | <b>Aumento (redução) líquido(a) do saldo de caixa e equivalente de caixa</b> | <b>(283.388)</b> | <b>331.313</b>   | <b>(251.373)</b> | <b>389.672</b>   |
| Outras contas a receber                                     | -            | (682)     | -           | (713)   | Caixa e equivalente de caixa em 1º de janeiro                                | 339.782          | 8.469            | 403.366          | 13.694           |
| <b>Aumento (redução) nos passivos operacionais</b>          |              |           |             |         | <b>Caixa e equivalente de caixa em 31 de dezembro</b>                        | <b>56.394</b>    | <b>339.782</b>   | <b>151.993</b>   | <b>403.366</b>   |
| Contas a pagar e fornecedores                               | 7            | 246       | 74.100      | 24.258  |  |                  |                  |                  |                  |
| Contas a pagar - Partes relacionadas                        | (125)        | -         | (10.804)    | 22.070  |  |                  |                  |                  |                  |
| Obrigações sociais e trabalhistas                           | 83           | -         | 83          | -       |  |                  |                  |                  |                  |

Carlos Gustavo Nogari Andrioli  
Diretor - CPF: 861.403.379-68Ricardo Motoyama de Almeida  
Diretor - CPF: 220.287.038-57Bruno Alvarez Fabozi  
Contador - CRC 1SP 291.800/O-0As Demonstrações Financeiras completas contendo as Notas Explicativas, acompanhadas do Parecer da Auditoria Externa, sem ressalvas, encontram-se disponíveis no site (<https://elera.com/index.php/transparencia/>) e na sede da Companhia.



## RACIONAMENTO

## Tempo seco reforça necessidade de reduzir consumo de água

GOVERNO DO ESTADO DE SP



Uma massa de ar seco atravessa o estado de São Paulo e deve fazer a temperatura atingir picos de até 35° C no interior do estado nos próximos dias, de acordo com dados da Defesa Civil. Este fenômeno deve derrubar a umidade relativa do ar para valores considerados prejudiciais à saúde humana.

Com calor intenso e a chegada do período de estiagem, o Governo de São Paulo reforça a necessidade da população economizar água nos municípios da Região Metropolitana, abastecidos pelo Sistema Integrado Metropolitano (SIM).

O SIM reúne as principais represas que abastecem a população da Grande São Paulo. Em meados de abril o sistema registrava 56% de armazenagem,

percentual que corresponde a faixa 3 de atuação, segundo escala de gestão adotada pelo Governo de SP, em parceria com a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arsp) e a SP Águas, e que prevê adoção do consumo racional e combate às perdas na distribuição.

Para reduzir perdas e poupar água, em agosto do ano passado foi determinada a gestão da demanda de água no período noturno, das 19h às 5h, com objetivo de preservar os mananciais que abastecem a região. A redução da pressão noturna já economizou mais de 115 bilhões de litros de água, suficientes para abastecer toda a região metropolitana por um mês.

## DOENÇA

## Estado de São Paulo tem mais duas mortes por febre amarela

O Estado de São Paulo registrou três novos casos de febre amarela, segundo comunicado desta quinta-feira da Secretaria da Saúde local. Dois pacientes que moravam no Vale do Paraíba morreram.

As vítimas da ação do vírus são dois homens, um de 56 anos e outro de 53 anos. Eles eram residentes da cidade de Lagoinha.

O terceiro caso foi registrado na região de Sorocaba, na cidade de Araçariguama, mas o homem de 43 anos conseguiu se curar.

Na semana passada houve o registro de outros três casos da doença, sendo que um homem de 38 anos, da cidade de Cunha, morreu. Em Cruzeiro,

dois pacientes se curaram. Estas duas cidades também estão na região do Vale do Paraíba.

Em todos os casos registrados neste ano, os pacientes não tinham histórico de vacinação. A Secretaria da Saúde de São Paulo reforça que a vacina — que é gratuita — é a medida mais importante e eficaz para prevenir a febre amarela.

## VACINE-SE

A vacina contra a febre amarela está disponível nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e em postos de saúde do SUS.

Crianças devem receber uma dose aos 9 meses e, depois, um reforço aos 4 anos de idade. Quem recebeu uma dose antes dos 5 anos deve tomar reforço.

## IPIRANGA E SÃO JOÃO

## 'Times Square' pode começar a funcionar até setembro em SP

ELAINE PATRÍCIA CRUZ/ABRASIL

O projeto que prevê a instalação de quatro painéis de LED na esquina entre as avenidas Ipiranga e São João, no centro de São Paulo, deve começar a funcionar entre o final de agosto e o início de setembro.

Aprovado há pouco mais de um mês pela Comissão de Proteção à Paisagem Urbana do município, o Boulevard São João foi oficializado ontem pelo prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, pelo governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, e pelo grupo empresarial Fábrica de Bares, responsável por bares na região central de São Paulo.

Apelidada de "Times Square Paulistana", a iniciativa instalará 2 mil metros quadrados de telas na esquina que ficou eternizada na canção Sampa, de Caetano Veloso. No local, fica o Bar Brahma, um dos que é administrado pelo grupo Fábrica de Bares.

## PROGRAMAÇÃO

Os painéis serão instalados nos edifícios Cine Paris República, Herculanô de Almeida, Galeria Sampa e New York. Também haverá projeção mapeada no Edifício Independência 2, onde está o Bar Brahma.

Os telões vão funcionar diariamente, entre as 05h e 23h. Aos finais de semana, entre as 18h de sábado e as 23h de domingo, a proposta é que a região seja fechada para carros e conte com uma programação cultural. Estão previstos quatro palcos para apresentações musicais e espaços para gastronomia e artesanato.

Além dessa programação cultural aos finais de semana, o projeto também prevê a realiza-

ção de grandes eventos a cada mês, com temas baseados no calendário da cidade, tais como a Virada Cultural, em maio, o aniversário de São Paulo, em janeiro, e uma programação especial para a celebração do Natal.

## INVESTIMENTO PRIVADO

O acordo firmado entre a prefeitura, o governo paulista e o grupo Fábrica de Bares prevê um investimento de cerca de R\$ 6 milhões, em recursos privados. O projeto prevê a qualificação do trecho entre o Largo do Paissandú e o cruzamento das avenidas São João e Ipiranga.

O trabalho incluirá restauração de monumentos, requalificação de calçadas e instalação de mobiliário urbano. Como contrapartida, está prevista a veiculação de marcas dos patrocinadores nesses painéis digitais.

Cerca de 70% do conteúdo que será exibido nesses telões será dedicado a artes digitais e eventos culturais. O restante, diz o Fábrica de Bares, será destinado para conteúdo patrocinado. Não serão veiculados conteúdos adultos ou relacionados a bets. Também será proibida a veiculação de mídia publicitária convencional.

## REVITALIZAÇÃO

Segundo o governador de São Paulo, o Boulevard São João é apenas umas das várias iniciativas que estão sendo pensadas para revitalizar o centro paulistano.

"Agora, a gente está resgatando [o centro da cidade], devolvendo a cidade para as pessoas", disse Tarcísio de Freitas. "A gente não está falando de projetos grandiosos: estamos falando do somatório de vários pequenos projetos que vão trazer as pes-

soas de volta [para o centro]".

O governador citou também a retirada das famílias da Favela do Moinho, para que ali seja construído um novo parque, e o projeto de instalação da nova sede administrativa do governo de São Paulo, que saíra do atual Palácio dos Bandeirantes, no Morumbi, para a região da Luz.

Para o prefeito, a Times Square de São Paulo pode atrair ainda mais turistas para a cidade. "Nós tivemos, no ano passado, 47 milhões de turistas na cidade de São Paulo, sendo que 2,5 milhões eram turistas estrangeiros. Então, é muito importante que a gente possa ter locais atrativos na cidade", afirmou Ricardo Nunes, em entrevista coletiva para a oficialização do projeto.

"Teremos ali um ambiente bacana e seguro, porque vai estar ali a mão do Estado, com a Polícia Militar, com a Polícia Civil e a Polícia Municipal", acrescentou.

Segundo o governo do estado, a segurança na região será reforçada com a inclusão de mais de 300 policiais.

## CRÍTICAS

O projeto do Boulevard São João é inspirado na Times Square de Nova York, um ponto turístico situado no cruzamento da Broadway com a 7ª Avenida, em Manhattan. A Times Square estadunidense é muito conhecida não só por seus telões de LED mas também por concentrar muitos teatros e lojas.

A proposta do Boulevard São João, no entanto, enfrenta algumas críticas, principalmente por causa da Lei Cidade Limpa, que foi estabelecida há quase 20 anos na capital paulista para combater a poluição visual. Essa lei regula anúncios e publicida-

de na cidade, limitando o tamanho de placas em fachadas comerciais e proibindo a instalação de outdoors.

Para que o novo projeto pudesse ser viabilizado em São Paulo, foi preciso recorrer a um instrumento previsto dentro da Lei Cidade Limpa, que prevê exceções à proibição de publicidade externa mediante contrapartidas ao município.

Por isso, foram realizadas audiências públicas para discutir o tema e também foi assinado um termo de cooperação entre a gestão municipal e o grupo Fábrica de Bares, para autorizar o início dessas intervenções na Avenida São João.

Um dos críticos desse projeto é o vereador e urbanista Nabil Bonduki. Em suas redes sociais, ele escreveu, há cerca de um mês, que o projeto poderia gerar um precedente para que iniciativas semelhantes pudessem surgir em outros pontos da cidade.

"Aos poucos, corremos o risco de ver São Paulo voltar ao cenário anterior à Lei Cidade Limpa", escreveu.

"É preciso esclarecer como será feita a fiscalização do conteúdo dos painéis. O que impedirá, por exemplo, a veiculação de propagandas de apostas? Além disso, quais serão as garantias de proteção aos edifícios do entorno e aos moradores expostos à intensa luminosidade?", questionou.

Para o vereador, apesar das audiências públicas, faltou mais debate sobre o tema.

"Sou favorável a discutir uma atualização da Lei Cidade Limpa. Afinal, quase duas décadas se passaram e algumas exceções podem ser avaliadas, mas isso precisa acontecer com debate público", ressaltou.

## PANAMERICANA

## Compresp vota recurso para destombar prédio da escola

JOSÉ MARIA TOMAZELA/AE

O Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Compresp) decide na segunda-feira, sobre o pedido de destombamento do edifício da Escola Panamericana de Arte e Design, na Avenida Angélica, em Higienópolis, na região central de São Paulo. O prédio foi tombado em 2024 por ser considerado um ícone da arquitetura pós-moderna paulistana. O pedido de "destombamento" foi apresentado pela empresa proprietária alegando falta de relevância arquitetônica, urbanística ou afetiva.

Se aprovada, a decisão retira a proteção do imóvel como patrimônio cultural, possibilitando até a demolição do edifício.

Outro prédio da Panamericana com características semelhantes, na Rua Groenlândia, foi demolido em 2021, apesar da mobilização para que fosse preservado.

O imóvel pertence à Keeva Investimentos e Participações Ltda, que entrou com o pedido de reversão do tombamento. O recurso entrou na pauta de outras duas reuniões do Compresp, mas a votação acabou adiada. A expectativa é de que na reunião de segunda-feira seja dada decisão definitiva. O tema é o primeiro item da pauta do conselho.

Projetado pelo arquiteto Siegbert Zanettini, o edifício da Avenida Angélica foi tombado em 2024 pelo Compresp, que reconheceu a "relevância da edificação como testemunho para a

história da técnica e da arquitetura, revelando características importantes da linguagem pós-moderna e do urbanismo paulistano do final do século 20".

O parecer de tombamento aponta a "estética high tech" da arquitetura, considerada "um verdadeiro marco da arquitetura e design de São Paulo".

No recurso, a Keeva apresenta um parecer do arquiteto Pedro Taddei Neto segundo o qual o valor arquitetônico da obra, como também seu valor histórico, não são inéditos ou excepcionais, "tendo em vista que, datada de 1998, é uma obra tardia da geração das exoestruturas em aço". Ele aponta ainda não haver evidências do valor afetivo da obra para a população de São Paulo.

Entidades da sociedade civil,

como o Movimento Defesa São Paulo, a Associação de Proprietários, Protetores e Usuários de Imóveis Tombados (APPIT) e o Coletivo Pró-Higienópolis, estão mobilizadas para acompanhar a sessão. "A deliberação do Compresp ultrapassa esse caso específico. Trata-se de decisão com impacto direto sobre a consistência do sistema de proteção do patrimônio cultural da cidade, em especial quanto à preservação de bens representativos da arquitetura recente e de sua inserção na paisagem urbana", diz nota divulgada pelo grupo.

Ao Estadão, o advogado da Keeva, Luiz Carlos Andrezani, diz que se o Compresp decidir por manter o tombamento, a empresa avaliará possível ação para obter a reversão na justiça.

## ZONA SUL

## Empresária morre após passar por três cirurgias estéticas em hospital

ADRIANA VICTORINO E ÍTALO LO RE/AE

Uma empresária morreu na última segunda-feira, após realizar três cirurgias estéticas no mesmo dia em um hospital na zona sul de São Paulo. Bianca Naufel Saiba, de 43 anos, foi até o Hospital Saint Peter para realizar uma lipoescultura, uma abdominoplastia e uma mastopexia.

O marido de Bianca contou que ela pesquisou por vários

meses por profissionais para realizar os procedimentos e chegou até o cirurgião plástico Seung Lee.

A cirurgia teria ocorrido dentro da normalidade e foi finalizada por volta das 21h. Segundo a equipe médica, Bianca foi encaminhada à sala de Recuperação Pós-Anestésica (RPA), onde despertou e pediu para avisarem o marido. Em seguida, ela apresentou quadro súbito caracterizado por engasgo e difi-

culdade respiratória e foi submetida à intubação e a manobras de reanimação cardiopulmonar por aproximadamente 1 hora e 40 minutos.

Segundo informações do boletim de ocorrência (B.O.), obtido pelo Estadão, o médico Seung Lee afirmou que realiza procedimentos estéticos e reparadores há aproximadamente 10 anos e se autointitula especialista na área. Em depoimento, ele disse que, ao longo de sua car-

reira, esta foi a primeira ocorrência de óbito em procedimento cirúrgico sob sua responsabilidade.

Ainda de acordo com o B.O., o representante do Hospital Saint Peter informou que a instituição credencia equipes médicas para a realização de cirurgias plásticas eletivas. Segundo ele, todas possuem Registro de Qualificação de Especialista (RQE), requisito necessário para a execução dos procedimentos.

## CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS, EM SÉRIE ÚNICA, DA 4ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO.

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários em Série Única da 4ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Estatuto dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 14 e seguintes do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários Para Emissão dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única da 4ª (Quadragésima Sétima) Emissão da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Créditos Imobiliários Devidos pela LT Empreendimentos Imobiliários SPE LTDA, conforme aditado ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª primeira convocação, a realizar-se no dia 13 de maio de 2026, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar alteração da Cláusula 8.1.1 do "Instrumento Particular Da 1ª (Primeira) Emissão De Notas Comerciais, Com Garantias Reais E Fidejussória, Em Série Única, Para Colocação Privada, Da Lt Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda." ("Nota Comercial") para que sua redação passe a vigorar conforme abaixo: "8.1.1 A Emitente deverá comunicar a Securitizadora com cópia ao Agente Fiduciário dos CRI com, no mínimo, 3 (três) Dias Úteis de antecedência da data do Resgate Antecipado Facultativo Total ("Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total"). A Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado Facultativo incluindo (a) a projeção do Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme abaixo definidos); (b) a data efetiva para o Resgate Antecipado Facultativo Total; e (c) demais informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total." (ii) Aprovar a concessão de waiver, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme previsto na Cláusula 10.2, subitem (i) da Nota Comercial, em decorrência do descumprimento das obrigações, pela Devedora, conforme indicadas e detalhadas no Anexo do presente Edital, bem como, Anexo II da Ata de Assembleia; (iii) Caso aprovada a concessão de waiver prevista no item "iii" acima da Ordem do Dia, aprovar a dispensa do cumprimento das referidas obrigações pela Devedora; e (iv) A autorização para que o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias aprovadas acima. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail fiduciario@comcor.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI VISTAMAR (47) observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes especiais de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos, NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). Anexo do Edital - https://www.canalsecuritizadora.com.br/emissao/23e2094205

São Paulo, 23 de abril de 2026

Alejandro Merino - Diretor



MINISTÉRIO DE  
MINAS E ENERGIA



### RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO

**MENSAGEM DO PRESIDENTE:** Caros colaboradores, parceiros e *stakeholders*, Entre as principais entregas de 2025, destacam-se a conclusão da fase 1A do Bloco 40, vaso de contenção que abrigará o reator do primeiro submarino de propulsão nuclear do Brasil; contratos com a Petrobras para a produção de estacas torpedo; atuação nos setores de Petróleo e Gás e Energia; certificações em níveis elevados de normas técnicas; fabricação e entrega de estruturas metálicas destinadas a torres de transmissão de energia; e o uso estratégico do Terminal Portuário da NUCLEP, consolidando a Companhia como um polo logístico relevante para a indústria pesada.

Esses resultados foram construídos a partir de uma trajetória que merece registro. O CA (RM1) Carlos Henrique S. Seixas, que presidiu a NUCLEP até maio de 2025, e, na sequência, o Diretor Industrial, CMG (EN) Alexandre Vianna, que exerceu a função interinamente até dezembro, asseguraram a continuidade operacional e o cumprimento das agendas da Empresa.

Ao projetarmos 2026, a NUCLEP se depara com novos desafios e oportunidades. O compromisso da gestão é avançar de forma responsável, ampliando a participação da Companhia em projetos de alta relevância, sempre alinhados ao interesse público e à visão de longo prazo.

É nesse contexto que, ao assumir a Presidência da NUCLEP, reafirmei a convicção de que nenhuma transformação consistente se faz à distância. A proximidade com as equipes, a escuta ativa, o diálogo e a construção coletiva têm orientado as primeiras ações da gestão, com o objetivo de fortalecer a unidade interna, assegurar decisões compartilhadas e conduzir as mudanças necessárias com responsabilidade e determinação.

#### Principais Conquistas de 2025

- Conclusão da Fase 1A do Bloco 40, seção estrutural do casco destinada a abrigar o reator nuclear no protótipo em terra do primeiro submarino brasileiro de propulsão nuclear. O Bloco 40 integra o Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica (LABGENE) e constitui a estrutura destinada à validação, em condições operacionais reais e em ambiente terrestre, do sistema de propulsão nuclear, etapa prévia à sua instalação definitiva no Submarino de Propulsão Nuclear "Álvaro Alberto", no âmbito do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB);
- Liderança nacional nos setores Nuclear e Defesa, reafirmando a importância da NUCLEP no Programa Nuclear Brasileiro;
- Produção e entrega de 14 estacas torpedo à Petrobras, no segmento de Petróleo e Gás;
- Fornecimento de vaso dessalgador com capacidade de 6.000 m³/d – 15 kV à empresa Fluxo;
- Fabricação de aproximadamente 1.350 toneladas de estruturas metálicas destinadas a torres de transmissão de energia;
- Renovação e ampliação da qualificação de profissionais Nível 3, segundo normas ISO 9712 e CNEN 1.17 em Ensaio Não Destrutivos, reafirmando o compromisso da NUCLEP com a garantia da qualidade;
- Revalidação da certificação ASME III, mantendo a NUCLEP como única empresa brasileira detentora dos selos

NPT, NS e NA para fabricação e montagem de componentes nucleares;

- Desenvolvimento de sistema próprio de gestão da qualidade, reforçando o comprometimento com a garantia da qualidade, em congruência com seus valores.

#### Perspectivas para 2026

- Com o caminho que construímos até aqui, 2026 se apresenta como um período de novos desafios e oportunidades de crescimento estratégico. Nossos esforços estarão direcionados para:
- Ampliação da participação no segmento de torres de transmissão, com continuidade da estruturação operacional;
  - Fortalecimento da parceria com a Petrobras, com foco na execução eficiente dos contratos vigentes e na consolidação de condições operacionais e comerciais que favoreçam a emissão de novos pedidos de fabricação de estacas torpedo no âmbito dos instrumentos contratuais já celebrados;
  - Priorização de projetos de prestação de serviços e contratos de médio prazo, considerando o cenário de restrições orçamentárias;
  - Consolidação da atuação no Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), com foco na construção e montagem de seções do casco resistente do Submarino de Propulsão Nuclear "Álvaro Alberto";
  - Ampliação da utilização do sistema ERP como instrumento de eficiência operacional e controle gerencial;
  - Implementação de Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT), voltada à proteção da propriedade intelectual, à captação de recursos externos e ao fortalecimento da capacidade tecnológica;
  - Integração do sistema ERP com o portal de compras, buscando melhorias no processo de compras e aquisições. Como dirigente máximo da NUCLEP, asseguro a integridade deste relatório, que reflete precisamente nossos esforços e nossas conquistas em 2025. Agradeço a cada colaborador, parceiro e *stakeholder* que fez parte dessa jornada de sucesso. Juntos, seguimos construindo um futuro promissor para a NUCLEP e para o Brasil.



"A Nuclep não apenas constrói equipamentos pesados. Contribui para o futuro industrial e estratégico do Brasil."

Adeilson Ribeiro Telles  
Presidente da NUCLEP

### BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Posição em Milhares de Reais)

|   | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|------------|------------|
| <b>ATIVO</b>                            |            |            |
| <b>ATIVO CIRCULANTE</b>                 | 307.217    | 268.060    |
| Disponível                              | 4 78.725   | 49.295     |
| Contas a receber                        | 5 61.119   | 40.380     |
| Estoque                                 | 6 124.681  | 147.728    |
| Impostos a recuperar                    | 7 5.287    | 11.530     |
| Outros créditos                         | 8 16.287   | 19.127     |
| Despesas a realizar                     | 9 21.118   | -          |
| <b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>             | 633.028    | 586.057    |
| <b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>         | 363.293    | 317.232    |
| Contas a receber                        | 10 355.785 | 309.528    |
| Depósitos recursais                     | 11 4.044   | 4.007      |
| Caução                                  | 12 3.464   | 3.697      |
| <b>IMOBILIZADO</b>                      | 293.690    | 294.226    |
| <b>INTANGÍVEL</b>                       | 1.415      | 1.459      |
| <b>(-) SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTOS</b> | (25.370)   | (26.860)   |
| <b>ATIVO TOTAL</b>                      | 940.245    | 854.117    |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

|                                   | 31/12/2025    | 31/12/2024 |
|-----------------------------------|---------------|------------|
| <b>PASSIVO</b>                    |               |            |
| <b>PASSIVO CIRCULANTE</b>         | 261.272       | 243.300    |
| Fornecedores                      | 16 35.965     | 23.643     |
| Obrigações trabalhistas e sociais | 17 68.487     | 64.466     |
| Obrigações tributárias            | 18 17.938     | 22.360     |
| Obrigações com clientes           | 19 48.051     | 45.745     |
| Outras obrigações                 | 20 5.371      | 3.711      |
| Previdência privada - NUCLEOS     | 21 30.675     | 27.845     |
| Receita de subvenção a realizar   | 22 54.785     | 55.530     |
| <b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>     | 426.061       | 353.818    |
| <b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>     | 426.061       | 353.818    |
| Obrigações tributárias            | 18 4.786      | -          |
| Previdência privada - NUCLEOS     | 21 255.660    | 258.338    |
| Receita de subvenção a realizar   | 22 93.518     | 72.645     |
| Provisões - processos judiciais   | 23 72.097     | 22.835     |
| <b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>         | 252.912       | 256.999    |
| Capital social                    | 24.1 63.114   | 63.114     |
| Reserva de incentivos fiscais     | 24.2.1 15.684 | 18.540     |
| Reserva legal                     | 24.2.2 976    | 976        |
| Reserva de reavaliação            | 24.3 13.274   | 14.505     |
| Ajuste de avaliação patrimonial   | 24.4 159.864  | 159.864    |
| Prejuízos acumulados              | 24.5 -        | -          |
| <b>PASSIVO TOTAL</b>              | 940.245       | 854.117    |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Posição em Milhares de Reais)

|  | 31/12/2025      | 31/12/2024       |
|--|-----------------|------------------|
| <b>1. RECEITAS</b>   | <b>38.363</b>   | <b>39.689</b>    |
| Receita bruta de vendas de produtos e serviços             | 38.363          | 39.689           |
| <b>2. INSUMOS PRÓPRIOS E ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>       | <b>(87.229)</b> | <b>(145.599)</b> |
| (-) Custos dos produtos vendidos                           | (39.796)        | (33.832)         |
| (-) Materiais, energia e serviços de terceiros             | (47.433)        | (111.767)        |
| <b>3. VALOR ADICIONADO BRUTO</b>                           | <b>(48.866)</b> | <b>(105.910)</b> |
| <b>4. RETENÇÕES</b>  | <b>(5.960)</b>  | <b>(7.518)</b>   |
| (-) Depreciação dos bens móveis e imóveis                  | (5.917)         | (7.167)          |
| (-) Amortização de ativos não circulantes                  | (43)            | (43)             |
| (-) Redução ao valor recuperável                           | -               | (308)            |
| <b>5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b> | <b>(54.826)</b> | <b>(113.428)</b> |
| <b>6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>       | <b>451.822</b>  | <b>417.404</b>   |
| (-) Recursos orçamentários do Tesouro Nacional             | 450.483         | 415.413          |
| (+) Receita financeira                                     | 1.339           | 1.991            |
| <b>7. VALOR ADICIONADO A TRANSFERIR</b>                    | <b>396.996</b>  | <b>303.977</b>   |
| <b>8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>                 | <b>396.996</b>  | <b>303.977</b>   |
| Pessoal (remuneração e encargos)                           | 290.091         | 249.618          |
| Previdência complementar                                   | 42.678          | 39.357           |
| Provisões (trabalhistas, cíveis e tributárias)             | 49.263          | 4.593            |
| Governo (federal, estadual e municipal)                    | 17.111          | 7.830            |
| Juros e atualizações monetárias                            | 1.940           | 2.547            |
| <b>Resultado do exercício</b>                              | <b>(4.087)</b>  | <b>32</b>        |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Posição em Milhares de Reais)

|  | Nota | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|--|------|------------|------------|
| <b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>                         | 25   | 478.685    | 452.518    |
| (-) Custos dos Produtos Vendidos - CPV                     | 26   | (39.796)   | (33.832)   |
| <b>LUCRO BRUTO</b>   |      | 438.889    | 418.685    |
| (-) DESPESAS OPERACIONAIS                                  |      | (442.375)  | (417.683)  |
| (-) Despesas operacionais administrativas e comerciais     | 27   | (435.425)  | (412.851)  |
| (-) Despesas operacionais tributárias                      |      | (6.950)    | (4.832)    |
| <b>RESULTADO ANTES DAS DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS</b> |      | (3.486)    | 1.002      |
| (-) Resultado financeiro                                   | 28   | (601)      | (556)      |
| Despesas financeiras                                       |      | (1.940)    | (2.547)    |
| Receitas financeiras                                       |      | 1.339      | 1.991      |
| <b>RESULTADO ANTES DO IRC/CSLL</b>                         |      | (4.087)    | 446        |
| (-) IR sobre lucro líquido                                 |      | -          | (299)      |
| (-) CS sobre lucro líquido                                 |      | -          | (115)      |
| <b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>                          |      | (4.087)    | 32         |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Posição em Milhares de Reais)

|                                      | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|--------------------------------------|------------|------------|
| <b>LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO</b> | (4.087)    | 32         |
| <b>Outros resultados abrangentes</b> | 1.231      | 1.231      |
| Realização da reserva de reavaliação | 1.231      | 1.231      |
| <b>RESULTADO ABRANGENTE</b>          | (2.856)    | 1.263      |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Posição em Milhares de Reais)

|   | Capital social | Reserva de incentivos fiscais | Reserva legal | Reserva de reavaliação | Ajuste de avaliação patrimonial | Prejuízos acumulados | Total          |
|---|----------------|-------------------------------|---------------|------------------------|---------------------------------|----------------------|----------------|
| <b>Dezembro 2024</b>                          |                |                               |               |                        |                                 |                      |                |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2023               | 63.114         | -                             | -             | 15.736                 | 159.864                         | 18.252               | 256.966        |
| Realização reserva de reavaliação             | -              | -                             | -             | (1.231)                | -                               | 1.231                | -              |
| Destinação para Reserva de Incentivos Fiscais | -              | 18.540                        | -             | -                      | -                               | (18.540)             | -              |
| Destinação para Reserva Legal                 | -              | -                             | 976           | -                      | -                               | (976)                | -              |
| Resultado do exercício                        | -              | -                             | -             | -                      | -                               | 32                   | 32             |
| <b>Saldo final em 31 de Dezembro de 2024</b>  | <b>63.114</b>  | <b>18.540</b>                 | <b>976</b>    | <b>14.505</b>          | <b>159.864</b>                  | <b>-</b>             | <b>256.999</b> |
| <b>Dezembro 2025</b>                          |                |                               |               |                        |                                 |                      |                |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2024               | 63.114         | 18.540                        | 976           | 14.505                 | 159.864                         | -                    | 256.999        |
| Realização reserva de reavaliação             | -              | -                             | -             | (1.231)                | -                               | 1.231                | -              |
| Baixa de Reserva de incentivos fiscais        | -              | (2.856)                       | -             | -                      | -                               | 2.856                | -              |
| Resultado do exercício                        | -              | -                             | -             | -                      | -                               | (4.087)              | (4.087)        |
| <b>Saldo final em 31 de Dezembro de 2025</b>  | <b>63.114</b>  | <b>15.684</b>                 | <b>976</b>    | <b>13.274</b>          | <b>159.864</b>                  | <b>-</b>             | <b>252.912</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Posição em Milhares de Reais)

|   | 31/12/2025      | 31/12/2024      | 31/12/2025    | 31/12/2024    |
|---|-----------------|-----------------|---------------|---------------|
| <b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>   | <b>59.306</b>   | <b>48.561</b>   |               |               |
| Resultado do exercício  | (4.087)         | 32              |               |               |
| Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais: |                 |                 |               |               |
| Ajustes de Exercícios Anteriores  | -               | (11.422)        |               |               |
| Depreciação   | 5.918           | 7.167           |               |               |
| Amortizações  | 43              | 43              |               |               |
| Impairment  | -               | 308             |               |               |
| Baixa/Ganho no ativo imobilizado  | (1.433)         | 1.522           |               |               |
| Realização das subvenções de investimentos  | (1.490)         | (5.084)         |               |               |
| <b>(Aumentos) Reduções do Ativo</b>   | <b>(1.049)</b>  | <b>(7.434)</b>  |               |               |
| Contas a receber  | (66.996)        | (17.342)        |               |               |
| Outros créditos   | 2.840           | 4.251           |               |               |
| Despesas a realizar   | (21.119)        | -               |               |               |
| Estoques  | 23.047          | (25.127)        |               |               |
| Estoques de processo - depreciação  | 12              | (65)            |               |               |
| Depósitos recursais e cauções   | 196             | 507             |               |               |
| Impostos a recuperar  | 6.243           | (1.339)         |               |               |
| <b>(55.777)</b>   | <b>(39.115)</b> |                 |               |               |
| <b>Aumentos (Reduções) do Passivo</b>   |                 |                 |               |               |
| Fornecedores  |                 |                 | 12.321        | 21.220        |
| Obrigações trabalhistas e sociais   |                 |                 | 4.021         | 9.884         |
| Obrigações tributárias  |                 |                 | 364           | 11.642        |
| Previdência privada   |                 |                 | 26.066        | 31.176        |
| Obrigações com clientes   |                 |                 | 2.307         | 19.072        |
| Subvenções a realizar   |                 |                 | 20.130        | (2.543)       |
| Provisões e outras obrigações   |                 |                 | 50.923        | 4.659         |
| <b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>   | <b>(3.962)</b>  | <b>(7.244)</b>  |               |               |
| Aquisição de investimento   |                 |                 | -             | 167           |
| Aquisição de imobilizado  |                 |                 | (3.962)       | (7.411)       |
| <b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>   | <b>(25.914)</b> | <b>(26.860)</b> |               |               |
| Subvenções para amortização de dívida - Nucleos   |                 |                 | (25.914)      | (26.860)      |
| <b>FLUXO DE CAIXA GERADO (APLICADO) NO EXERCÍCIO</b>  | <b>29.430</b>   | <b>14.867</b>   |               |               |
| Aumento (Redução) nas disponibilidades  |                 |                 | 49.295        | 34.838        |
| Saldo inicial do disponível no período  |                 |                 | 78.725        | 49.295        |
| Saldo final do disponível no período  |                 |                 | <b>29.430</b> | <b>14.457</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em Milhares de Reais)

#### 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A - NUCLEP, doravante denominada "Nuclep" ou "Companhia", é uma empresa pública, constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, sob o controle acionário da União, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME, com prazo de duração indeterminado, regida pelas normas de direito privado em geral e, especificamente, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 (Estatuto Jurídico das Estatais), pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 (que regulamenta o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios), e por seu Estatuto Social. A Companhia atua no setor de indústria de caldeiraria pesada, que tem como objeto social projetar, desenvolver, fabricar e comercializar componentes pesados relativo a usinas nucleares, assim como equipamentos relativos à construção naval e *offshore*, e a outros projetos.

A sede da Companhia fica localizada no Edifício Londres do Condomínio Le Monde Office, Avenida das Américas, nº 3.500 - Salas 613 e 614, Bloco 01, Barra da Tijuca - Rio de Janeiro - RJ - Cep: 22.640-102.

A unidade industrial fica localizada na Av. Gal. Euclides de Oliveira Figueiredo, 200 - Brsamar - Itaguaí - RJ - Cep: 23.825-410.

A Nuclep é uma empresa dependente, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, pertencente ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS, as necessidades de capital de giro vêm sendo supridas com os recursos do Tesouro Nacional.

#### 2 - PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as *International Financial Reporting Standards - IFRS, International Accounting Standards Board - IASB*, as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei 6.404/76 e suas alterações, as normas e pronunciamentos emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos e passivos com reflexos nas receitas e despesas. Essas estimativas correspondem à vida útil do ativo imobilizado; análise de risco de crédito para determinação da provisão para Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, assim como avaliação dos demais riscos relacionados a outras provisões, como contingências pertinentes aos processos judiciais (trabalhistas e cíveis). Embora a Administração faça uso de avaliações que são revisadas periodicamente, os resultados reais poderão divergir dessas estimativas.

#### 2.1 - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

A Companhia elaborou a DVA nos termos da Deliberação CVM nº 557/08 e do Pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das Demonstrações Financeiras.



MINISTÉRIO DE  
MINAS E ENERGIA



## 2.2 - BASE DE CONVERSÃO DE MOEDA

A moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia é o Real (R\$). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são mensurados. Variações positivas e negativas cambiais decorrentes da liquidação dessas operações e da conversão pelas taxas de câmbio no final do exercício, oriundas de ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidas na demonstração do resultado.

## 3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, as práticas contábeis são apresentadas nas respectivas notas explicativas, que tratam dos temas de suas aplicações.

## 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Corresponde à Conta Única centralizada no Tesouro Nacional, à qual a empresa está vinculada como usuária do SIA-FI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal), no qual são movimentados tanto recursos próprios quanto os recursos provenientes do Tesouro Nacional, a título de subvenções.

| LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO   | Dezembro 2025 | Dezembro 2024 |
|---|---------------|---------------|
| Pessoal                                       | 20.776        | 19.286        |
| Custeio/Investimento - Fonte Tesouro Nacional | 1.745         | 499           |
| Custeio - Fonte Própria                       | 56.204        | 29.510        |
| TOTAL   | 78.725        | 49.295        |

A principal variação é decorrente do ingresso, na fonte própria, no montante total de R\$ 61.507, composto por: (i) R\$ 59.652 relativos ao ressarcimento de despesas e custos incorridos, decorrentes do êxito obtido na disputa arbitral movida contra a empresa FLSmidth S.A. (antiga Thyssenkrupp Industrial Solutions Ltda.), no âmbito do Procedimento CAM-CCBC nº 59/2020, referente ao Contrato de Fornecimento e Fabricação de Estrutura Metálica e Componentes Mecânicos para a Empilhadeira e Recuperadora ER-1A - Contrato nº 45005614, no qual o Tribunal Arbitral reconheceu a responsabilidade da FLSmidth pela resolução contratual; (ii) R\$ 1.339 provenientes da recuperação de depósitos judiciais; e (iii) R\$ 516 correspondentes à devolução da caução prestada em garantia da execução do Contrato nº GAC.T/CT-017/10.

## 5 - CONTAS A RECEBER

As contas a receber tem a seguinte composição:

| CONTAS A RECEBER  | Dezembro 2025 | Dezembro 2024 |
|---|---------------|---------------|
| - De clientes (a)   |               |               |
| - Produtos  | 57.221        | 35.110        |
| - Serviços  | 5.590         | 3.271         |
| (-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (b) | (33.876)      | (25.846)      |
| SUB-TOTAL   | 28.935        | 12.535        |
| - Secretaria do Tesouro Nacional (c)                        |               |               |
| - Subvenções a receber                                      | 29.064        | 27.845        |
| - Dos empregados (d)  |               |               |
| - Plano médico - coparticipação dos empregados              | 3.120         | -             |
| TOTAL   | 61.119        | 40.380        |

a) Produtos e Serviços - correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos e serviços no decorrer normal das atividades da Companhia. As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo menos a provisão para perdas com créditos, se necessárias. Os maiores clientes da Nuclep são a Petrobras, Eletronuclear, Marinha do Brasil e Amazul (vide Nota 33).

b) As Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD são fundamentadas em análise dos créditos, que leva em consideração o histórico e os riscos envolvidos em cada operação, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos créditos. Neste exercício foram reconhecidos o montante de R\$8.193, considerando os valores a receber a partir de 181 dias em aberto, apenas excluídos os clientes em negociação.

c) Subvenções a Receber - correspondem aos valores a receber do Tesouro Nacional, a título de subvenções para pagamento das dívidas com o Núcleo (Vide Nota 21).

d) Plano de Saúde de Autogestão (coparticipação dos empregados) - refere-se aos valores a receber em até 12 meses dos empregados ativos da empresa. Os demais valores a receber estão demonstrados no ativo não circulante, com expectativa superior a 12 meses.

## 6 - ESTOQUES

Os estoques compreendem os produtos em processo, matéria-prima, as importações em andamento, os itens de consumo (almoxxarifado) e adiantamento a fornecedores. Os estoques são determinados pelo custo médio de aquisição ou de produção e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável. Exceto para o contrato de industrialização das estacas torpeda para a Petrobras, a Companhia possui regime especial de industrialização de bens destinados às atividades de exploração, de desenvolvimento e de produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos (Repetro-Industrialização) - REPETRO, em função dos benefícios fiscais auferidos, e é avaliado pelo método Primeiro que entra, primeiro que sai - PEPS, em conformidade com a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil - nº 1901/2019, arts. 2º e 24.

| ESTOQUE                      | Dezembro 2025 | Dezembro 2024 |
|------------------------------|---------------|---------------|
| Produtos em processo         | 53.833        | 62.131        |
| Matéria-prima                | 48.752        | 57.808        |
| Almoxxarifado                | 11.483        | 8.657         |
| Importações em andamento     | 6.420         | 4.409         |
| Adiantamentos a fornecedores | 4.193         | 14.723        |
| TOTAL                        | 124.681       | 147.728       |

O inventário físico dos estoques foi realizado pela empresa G&R Consultoria e Assessoria Ltda, contratada pela Nuclep em novembro de 2025.

## 7 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR/COMPENSAR

São créditos com Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); Imposto de Renda (IR); Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), decorrentes das aquisições de matéria-prima e outros insumos, como energia elétrica, depreciação, entre outros, utilizados na produção conforme legislação vigente, corrigidos monetariamente pela taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia) e passíveis de compensação após o encerramento do ano calendário.

| TRIBUTOS FEDERAIS               | Dezembro 2025 | Dezembro 2024 |
|---------------------------------|---------------|---------------|
| IPI                             | 779           | 1.075         |
| IR e CSLL                       | 1.979         | 2.723         |
| INSS                            | 27            | 27            |
| COFINS                          | 131           | 3.158         |
| PASEP                           | 29            | 684           |
|                                 | 2.945         | 7.667         |
| TRIBUTOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS | Dezembro 2025 | Dezembro 2024 |
| ICMS                            | 2.342         | 3.863         |
| ISS                             | -             | -             |
|                                 | 2.342         | 3.863         |
| TOTAL DE IMPOSTOS A RECUPERAR   | 5.287         | 11.530        |

## 8 - OUTROS CRÉDITOS

| DEMAIS CRÉDITOS A RECEBER                         | Dezembro 2025 | Dezembro 2024 |
|---|---------------|---------------|
| Adiantamentos a prestadores de serviços           | 8.471         | 10.585        |
| Adiantamentos a empregados (13º salário e Férias) | 5.309         | 4.392         |
| Adiantamento de Viagens                           | 2.507         | 4.150         |
| TOTAL   | 16.287        | 19.127        |

## 9 - DESPESAS A REALIZAR

Neste exercício foram reconhecidas as despesas a realizar referente às obrigações futuras relativas às importações em andamento. As despesas a realizar tem como contrapartida a conta de fornecedores no passivo circulante (vide Nota 16).

|                     | Circulante | Não Circulante |
|---------------------|------------|----------------|
| Despesas a realizar | 21.118     | -              |

## 10 - CONTAS A RECEBER (NÃO CIRCULANTE)

São os direitos a receber após 12 (doze) meses e referem-se a:

| DIREITOS A RECEBER DE LONGO PRAZO              | Dezembro 2025 | Dezembro 2024 |
|--|---------------|---------------|
| - Secretaria do Tesouro Nacional (a)           |               |               |
| - NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social     | 255.661       | 258.338       |
| - Sentenças judiciais a receber                | 72.097        | 22.834        |
| SUB-TOTAL                                      | 327.758       | 281.172       |
| - Dos empregados (b)                           |               |               |
| - Plano médico - coparticipação dos empregados | 28.027        | 28.356        |
| TOTAL  | 355.785       | 309.528       |

a) Subvenções a receber - correspondem aos valores a receber do Tesouro Nacional, a título de subvenções para pagamento das dívidas com o Núcleo (vide Nota 21) e as prováveis perdas referentes aos processos judiciais (vide Nota 23).

b) Plano de Saúde de Autogestão - os valores a receber de coparticipação dos empregados referem-se a:

| PLANO MÉDICO (COPARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS)          | Dezembro 2025 | Dezembro 2024 |
|---|---------------|---------------|
| Classificados no ativo não circulante                 |               |               |
| Empregados ativos                                     | 20.724        | 21.516        |
| Empregados inativos - amortizando                     | 29            | 2             |
| Empregados inativos - com processo judicializado      | 2.385         | 1.950         |
| Empregados inativos - em tratativas                   | 4.129         | 4.009         |
| Empregados inativos - negociando parcelamento         | 760           | 879           |
| TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE                         | 28.027        | 28.356        |
| Empregados ativos - classificados no ativo circulante | 3.120         | -             |
| TOTAL GERAL (CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE)             | 31.147        | 28.356        |

Dos valores a receber dos empregados ativos da empresa, R\$ 3.120 estão registrados no ativo circulante em 31 de dezembro de 2025.

## 11 - DEPÓSITOS RECURSAIS

Correspondem aos depósitos judiciais relacionados a diversos processos trabalhistas. Por não concordar com as decisões proferidas pela justiça, a NUCLEP se vê na obrigação de recorrer diante da expectativa e da possibilidade de reverter tais decisões, enquanto couber recurso.

| DEPÓSITOS RECURSAIS | Dezembro 2025 | Dezembro 2024 |
|---------------------|---------------|---------------|
| Trabalhistas        | 1.463         | 516           |
| Cíveis              | 2.581         | 3.491         |
| TOTAL               | 4.044         | 4.007         |

## 12 - CAUÇÕES

São depósitos efetuados conforme estabelecidos em cláusulas contratuais, que serão resgatados após o encerramento dos respectivos contratos, a saber:

| CAUÇÃO        | Dezembro 2025 | Dezembro 2024 |
|---------------|---------------|---------------|
| Eletronuclear | 3.214         | 3.447         |
| Impsa         | 250           | 250           |
| TOTAL         | 3.464         | 3.697         |

## 13 - IMOBILIZADO

Os Ativos estão demonstrados ao custo de aquisição ou custo de construção, que representa os custos para colocar o ativo em condições de operação, acrescidos das reavaliações do ativo industrial ocorrida em 2000, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada e das perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment Test*).

O Imobilizado apresenta a seguinte composição:

| ATIVO IMOBILIZADO                      | Saldo Inicial | Aquisições | Transferências Internas | Incorporações e Baixas | Depreciações | Saldo Final |
|--|---------------|------------|-------------------------|------------------------|--------------|-------------|
| Terreno                                | 161.424       | -          | -                       | -                      | -            | 161.424     |
| Máquinas e equipamentos industriais    | 56.575        | -          | -                       | 1.433                  | (2.510)      | 55.498      |
| Edifícios                              | 33.735        | -          | -                       | -                      | (500)        | 33.235      |
| Demais equipamentos                    | 8.505         | 40         | -                       | -                      | (681)        | 7.865       |
| Instalações                            | 15.859        | -          | 590                     | -                      | (678)        | 15.771      |
| Bens ativáveis                         | 9.842         | 2.741      | (590)                   | -                      | -            | 11.993      |
| Tecnologia da informação e comunicação | 4.665         | 914        | -                       | -                      | (1.195)      | 4.384       |
| Móveis e utensílios                    | 3.615         | 266        | -                       | -                      | (366)        | 3.515       |
| Veículos                               | 6             | -          | -                       | -                      | -            | 6           |
| TOTAL                                  | 294.226       | 3.961      | -                       | 1.433                  | (5.930)      | 293.690     |

## 13.1 - INSTALAÇÕES NUCLEP

Com base na premissa de que um ativo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para a empresa, de modo que seu custo ou valor possa ser mensurado com confiabilidade, procedeu-se ao reconhecimento contábil do terreno R\$ 1.560 como ativo da empresa em 2012. Em seguida, a NUCLEP ajustou o valor contábil do imóvel com base em laudo de avaliações, que resultou em ajuste no valor de R\$ 159.864, com a finalidade de corrigir um erro tendo em vista os valores, que tomavam as

demonstrações financeiras deficientes em termos de relevância por ter um ativo registrado na contabilidade com o valor menor que o valor justo. Cabe frisar que juridicamente a titularidade deste terreno onde se encontram as instalações da NUCLEP está em nome das Indústrias Nucleares do Brasil - INB, razão pela qual o registro contábil deste imóvel consta como bem patrimonial nas duas empresas, até que os órgãos superiores decidam como solucionar esse imbróglio.

Em 14/09/2018, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) estabeleceu, através do Aviso nº 371/2018, a reabertura do processo nº 00400.006127/2010-18, que visa a regularização do terreno em que se encontra a fábrica da NUCLEP, constituindo um grupo de trabalho com representantes da NUCLEP, INB, Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e do próprio MCTI.

Em 18/05/2021, o Ministério de Minas e Energia - MME encaminhou a NOTA TÉCNICA Nº 20/2021/ASSEC, referente ao processo nº 48340.000188/2021-02, com o objetivo de se chegar a uma conclusão sobre a regularização da titularidade do terreno. A Secretaria Executiva daquela Pasta, ao encaminhar a Nota Técnica em tela, tanto à diretoria da NUCLEP quanto à da INB, solicitou que as empresas se manifestassem sobre o tema.

Entre 24 de novembro e 03 de dezembro de 2021, foram realizados os trabalhos de campo para o levantamento topográfico do parque industrial da NUCLEP pelo 5º Centro de Geoinformação do Exército Brasileiro. Assim, com as plantas e relatório técnicos prontos, foi dado o início ao processo de regularização junto à prefeitura e cartório de imóveis de Itaguaí. Em dezembro de 2023, todo o levantamento topográfico do parque industrial da NUCLEP, realizado em 2021, já se encontrava sob análise do cartório de Itaguaí.

Em 09/01/2024, a Presidência do Conselho Fiscal da NUCLEP, por meio do ofício nº CF-001/2024, solicitou ao MME informações sobre a regularização do terreno em função das manifestações emanadas pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional PGFN, por meio da Nota SEI nº 6/2022/CAS/PGACFFS/PGFNME, de 3/2/2022 e pela Secretaria do Tesouro Nacional, por intermédio do Ofício SEI nº 29174/2022/ME, de 2/2/2022.

Em 13/05/2024, a Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB ajuizou a Ação de Arbitramento de Aluguel nº 50314227-18.2024.4.02.5101 em face da NUCLEP, com pretensão de cobrar aluguel pela ocupação do parque industrial desta Companhia, instalado em parte das áreas que sustenta serem de sua propriedade. À NUCLEP contestou a ação, sustentando a inviabilidade do seu prosseguimento, devendo prevalecer os termos do Protocolo de Intenções celebrado entre as partes em abril de 2004.

Em 06/03/2025, foi deferido, pelo juízo da 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, o pedido de suspensão do processo por 180 (cento e oitenta) dias, visando as tratativas para eventual acordo.

Em 21/03/2025, a Presidência da NUCLEP enviou ao Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia, a CE nº 015/2025, por meio da qual, considerando que tanto a NUCLEP quanto a INB são empresas estatais vinculadas ao referido Órgão, que tem exercido papel central na mediação da controvérsia, solicitou que seja avaliada a possibilidade de encaminhamento ao Tribunal de Contas da União, para análise prévia da Secex/Consenso, a fim de buscar solução consensual efetiva para a resolução do litígio.

Em 15 de abril de 2025, a Presidência do Conselho Fiscal da NUCLEP encaminhou o Ofício CF-001/2025 ao Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia, Sr. Arthur Cerqueira, tratando da regularização do terreno onde estão situadas as instalações industriais da empresa pública Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP.

Em 18/08/2025, o Ministério de Minas e Energia enviou o Ofício nº 146/2025/SE-MME à NUCLEP, sugerindo a submissão do assunto à Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal, unidade da Advocacia-Geral da União com competência para dirimir, por meio de conciliação, eventuais controvérsias entre órgãos públicos federais e entidades públicas federais.

Diante disso, neste momento, o assunto é objeto do processo administrativo nº 00688.001754/2025-61, em trâmite perante a Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal.

## 14 - INTANGÍVEL

Correspondem à utilização dos seguintes softwares: 1. *Enterprise Resource Planning* - ERP, que continua executando melhorias pontuais em fase de implantação pela empresa Benner. 2. Demais: Licença de Microsoft SQL Server *Enterprise* 2019 por 10 anos, em substituição à versão 2008, *software necessário* e obrigatório para o software "*Steel projects*" de gestão dos projetos das torres de transmissão; Licença do *software Commvault* por 3 anos para suporte e manutenção do *software de backup* de dados dos servidores da NUCLEP; e Licença do *software CAM* para *nesting* de chapas por 5 anos (*Lantek Expert*).

| INTANGÍVEL                                      | Dezembro 2025 | Dezembro 2024 |
|---|---------------|---------------|
| Sistema de integrado corporativo - ERP - BENNER | 1.342         | 1.342         |
| Outros ativos intangíveis                       | 308           | 308           |
| Amortização acumulada dos ativos intangíveis    | (235)         | (191)         |
| TOTAL   | 1.415         | 1.459         |

## 15 - SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS

São os recursos oriundos do Tesouro Nacional relacionados aos ativos que foram adquiridos pela Companhia a partir do exercício de 2008 e estão sendo reconhecidos como receita ao longo do período da vida útil do bem na mesma proporção de sua depreciação, de acordo com o pronunciamento contábil emitido pelo CPC nº 07. Os saldos estão apresentados a seguir:

| EXERCÍCIO                                | Dezembro 2025 | Dezembro 2024 |
|--|---------------|---------------|
| Subvenções para investimentos            | 27.339        | 28.631        |
| Aquisições                               | 3.961         | 2.795         |
| Depreciação                              | (5.930)       | (4.566)       |
| SUBVENÇÕES PARA AQUISIÇÃO DE IMOBILIZADO | 25.370        | 26.860        |

## 16 - FORNECEDORES

A Companhia possui obrigações junto a seus fornecedores, decorrentes tanto do ciclo operacional normal quanto de atrasos de pagamento registrados em exercícios anteriores. Com o objetivo de assegurar a devida transparência, apresentamos a seguir o detalhamento da posição de fornecedores em aberto na data-base de 31 de dezembro de 2025, evidenciando o *aging* por faixa de vencimento:

| FORNECEDORES | Dezembro 2025 | Dezembro 2024 |
|--------------|---------------|---------------|
| No país      | 14.847        | 23.643        |
| No exterior  | 21.118        | -             |
| TOTAL        | 35.965        | 23.643        |

A Nuclep adotou medidas de saneamento de passivos, com priorização de negociações e reestruturação de prazos junto aos principais fornecedores. Essa iniciativa mitigou os efeitos financeiros decorrentes dos atrasos, além de preservar a continuidade operacional, onde ocorreu 85% de redução dos fornecedores a pagar em relação ao mês de julho de 2025.

Neste exercício foram reconhecidas das obrigações futuras relativas às importações em andamento junto aos fornecedores. Essas obrigações tem como contrapartida a conta no ativo circulante "despesas a realizar" (vide Nota 09).

## 17 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

São obrigações com salários, provisões de férias e encargos apuradas individualmente até a data do encerramento do período pela Setor de Talentos Humanos.

| SALÁRIOS E CONSIGNAÇÕES E ENCARGOS A PAGAR        | Dezembro 2025 | Dezembro 2024 |
|---|---------------|---------------|
| Salários, consignações a pagar e demais encargos  | 15.708        | 15.207        |
| FGTS s/ salários e consignações                   | 2.493         | 1.563         |
| INSS s/ salários e consignações                   | 6.899         | 9.744         |
| Encargos Sociais - Convênio de Arrecadação Direta | 1.003         | -             |
| SUBTOTAL  | 26.103        | 26.513        |

## FÉRIAS E ENCARGOS SOBRE FÉRIAS A PAGAR

|                | Dezembro 2025 | Dezembro 2024 |
|----------------|---------------|---------------|
| Férias a pagar | 31.694        | 28.427        |
| FGTS s/ férias | 1.834         | 1.689         |
| INSS s/ férias | 4.585         | 4.223         |
| SUBTOTAL       | 38.113        | 34.339        |

## 13º SALÁRIOS E ENCARGOS SOBRE 13º SALÁRIOS A PAGAR

|                      | Dezembro 2025 | Dezembro 2024 |
|----------------------|---------------|---------------|
| 13º Salários a Pagar |               |               |
| FGTS s/ 13º Salários | 1.220         | 1.032         |
| INSS s/ 13º Salários | 3.051         | 2.581         |
| SUBTOTAL             | 4.271         | 3.613         |
| TOTAL                | 68.487        | 64.466        |

## 18 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta obrigações tributárias classificadas em duas naturezas principais: tributos parcelados e tributos em atraso e não parcelados. Os tributos parcelados compreendem débitos junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, bem como outros tributos federais e municipais, objeto de programas de parcelamento fiscal, cujos pagamentos vêm sendo regularmente cumpridos conforme os cronogramas estabelecidos.

| TRIBUTOS POR ENTES (PASSIVO CIRCULANTE) | Dezembro 2025 | Dezembro 2024 |
|---|---------------|---------------|
| Tributos federais                       | 14.244        | 18.458        |
| Tributos estaduais                      | 913           | 398           |
| Tributos municipais                     | 2.781         | 3.504         |
| TOTAL DOS IMPOSTOS A RECOLHER           | 17.938        | 22.360        |

| TRIBUTOS POR ENTES (PASSIVO NÃO CIRCULANTE) | Dezembro 2025 | Dezembro 2024 |
|---|---------------|---------------|
| Tributos                                    |               |               |



MINISTÉRIO DE  
MINAS E ENERGIA



se iniciaram em janeiro de 2024 e irão findar em outubro de 2047.

## 22 - RECEITA DE SUBVENÇÃO A REALIZAR

São recursos financeiros recebidos do Tesouro Nacional, em forma de subvenção para cobrir custos/despesas que ainda não incorreram. De acordo com a deliberação CVM nº 96/22 e CPC 07, e considerando que a receita de subvenção deve ser confrontada com as despesas que se pretende compensar, a Nuclep reclassificou para receita de subvenção a realizar, os valores que ainda não estão aptos para o confronto com os respectivos custos ou despesas. A subvenção do não circulante foi destinada a custear os contratos de construção de longo prazo que estão em andamento.

|                          | Dezembro 2025 |                | Dezembro 2024 |                |
|--------------------------|---------------|----------------|---------------|----------------|
|                          | Circulante    | Não Circulante | Circulante    | Não Circulante |
| Pessoal e benefícios     | 3.120         | 49.229         | -             | 28.355         |
| Investimentos            | -             | 1.560          | -             | 1.560          |
| Tecnologia da informação | -             | 1.342          | -             | 1.342          |
| Produção em andamento    | 51.665        | 41.387         | 55.530        | 41.388         |
| TOTAL                    | 54.785        | 93.518         | 55.530        | 72.645         |

## 23 - PROCESSOS JUDICIAIS E PASSIVOS CONTINGENTES

### 23.1 - PROCESSOS PROVISIONADOS

A Companhia mantém provisões em função de processos trabalhistas e cíveis, objetivando demonstrar prováveis perdas nas causas judiciais que poderão ser decididas contra a Nuclep. Foram constituídas com base nos relatórios emitidos por consultores jurídicos da internos e de acordo com as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC nº 25, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC e Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As provisões consideradas prováveis, depois de transitadas e julgadas em juízo serão pagas com recursos oriundos do Tesouro Nacional (Portaria 01/2010 da Secretaria de Orçamento Federal - SOF - anexo 11) e são registradas tanto no ativo quanto no passivo. Apenas quando as sentenças judiciais estão aptas para pagamento são reconhecidas no resultado, em observância à norma de subvenção e ao regime de competência (vide Nota 9). Os saldos dessas provisões são os seguintes:

| PROCESSOS              | Dezembro 2025 | Dezembro 2024 |
|------------------------|---------------|---------------|
| Processos trabalhistas | 18.967        | 19.932        |
| Processos cíveis       | 53.130        | 2.903         |
| TOTAL                  | 72.097        | 22.835        |

Dentre as ações de reclamações trabalhistas, consta o processo movido pelo Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro - SENGE, envolvendo 166 engenheiros, o processo encontra-se em fase de execução, com discussão acerca do valor da liquidação.

A variação no saldo das provisões cíveis decorrem de: (i) o contingenciamento orçamentário e o descompasso financeiro enfrentado pela Companhia em 2025, que implicaram na readequação do cronograma de pagamentos e resultaram em aujuzamento de cobrança e execuções de título extrajudicial, no montante de R\$10.562; e (ii) julgamento de ação de cobrança, cuja sentença em primeira instância foi desfavorável à Nuclep, no montante de R\$38.700.

### 23.2 - PASSIVOS CONTINGENTES

Os passivos contingentes correspondem às possíveis perdas decorrentes de processos judiciais em andamento, conforme demonstrado a seguir:

| PASSIVOS CONTINGENTES  | Dezembro 2025 | Dezembro 2024 |
|------------------------|---------------|---------------|
| Processos cíveis       | 17.644        | 42.265        |
| Processos trabalhistas | 2.871         | 2.855         |
| TOTAL                  | 20.515        | 45.120        |

## 24 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

| PATRIMÔNIO LÍQUIDO              | Dezembro 2025 | Dezembro 2024 |
|---------------------------------|---------------|---------------|
| Capital social                  | 63.114        | 63.114        |
| Reserva de incentivos fiscais   | 15.684        | 18.540        |
| Reserva legal                   | 976           | 976           |
| Reserva de reavaliação          | 13.274        | 14.505        |
| Ajuste de avaliação patrimonial | 159.864       | 159.864       |
| Lucros (Prejuízos) acumulados   | -             | -             |
| TOTAL                           | 252.912       | 256.999       |

### 24.1 - CAPITAL SOCIAL

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 63.114 (sessenta e três milhões, cento e quatorze mil reais), dividido em ações ordinárias nominativas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma. Na 47ª Assembleia Geral Ordinária foi autorizado o aumento do Capital Social com os recursos contabilizados na rubrica de AFAC no Patrimônio Líquido, de forma a atender o disposto no art. 2º do Decreto nº 2.673/1998, referente às aquisições de ativo imobilizado relativas ao exercício de 2022, para a manutenção das atividades fabris. Apesar de terem sido consideradas como aumento de capital, as aquisições não correspondem a investimentos que resultem em aumento da capacidade operacional e produtiva da Companhia.

| COMPOSIÇÃO DA AFAC                     | Aquisições 2022 | Depreciação 2022 | Depreciação 2023 | Depreciação 2024 | Valor Líquido 2024 |
|--|-----------------|------------------|------------------|------------------|--------------------|
| Instalações                            | 464             | (13)             | (23)             | (23)             | 405                |
| Tecnologia da Informação e Comunicação | 483             | (48)             | (97)             | (97)             | 241                |
| Máquinas e Equipamentos Industriais    | 495             | (13)             | (30)             | (30)             | 422                |
| Demais Equipamentos                    | 394             | (16)             | (26)             | (26)             | 326                |
| Móveis e Utensílios                    | 68              | (3)              | (7)              | (7)              | 51                 |
| TOTAL                                  | 1.904           | (93)             | (183)            | (183)            | 1.445              |

### 24.2 - RESERVAS DE LUCROS

A Nuclep possui como reservas de lucros a reserva para incentivos fiscais - decorrente das subvenções recebidas pelo Tesouro Nacional - e a reserva legal, ambas constituídas no exercício de 2024 e cujos saldos estão abaixo discriminados:

| PROCESSOS                     | Dezembro 2025 | Dezembro 2024 |
|-------------------------------|---------------|---------------|
| Reserva de incentivos fiscais | 15.684        | 18.540        |
| Reserva legal                 | 976           | 976           |
| TOTAL                         | 16.660        | 19.516        |

### 24.2.1 - RESERVA PARA INCENTIVOS FISCAIS

Reserva decorrente da realização dos recursos que foram recebidos pelo Tesouro Nacional a título de subvenções (art. 195-A da Lei 6.404/1976), que foram objeto de ajustes por retificação de erros conforme parecer técnico da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIEPACAFI), com base nos registros das subvenções a receber referentes aos pagamentos junto ao Nuclep e do registro da probabilidade de perdas referentes aos processos judiciais classificados como prováveis, como também pela realização das subvenções para investimentos.

### 24.2.2 - RESERVA LEGAL

Constituída nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, referente ao percentual de 5% dos lucros acumulados, até o limite de 20% do capital social.

### 24.3 - RESERVA DE REAVALIAÇÃO

A empresa efetuou a reavaliação dos ativos operacionais da Companhia no ano 2000 e optou em manter seus saldos até a sua efetiva realização.

Nos exercícios de 2025 e de 2024 os saldos e baixas (realização) da reserva de reavaliação estão representados conforme quadro abaixo:

| RESERVA DE REAVALIAÇÃO DAS INSTALAÇÕES E EDIFÍCIOS | Dezembro 2025 | Dezembro 2024 |
|--|---------------|---------------|
| Realização (baixa)                                 | 1.231         | 1.231         |
| Saldo  | 13.274        | 14.505        |

### 24.4 - AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Após o registro do terreno nas demonstrações financeiras da Companhia, no valor de R\$1.560, com base no laudo de avaliação o valor do imóvel era de R\$161.424. O ajuste efetuado foi no montante de R\$ 159.864, com o intuito de dar maior transparência e confiabilidade às informações contábeis, melhorando a situação patrimonial e consequentemente os índices econômico-financeiros, fato esse já mencionado no acórdão 805/2001 do TCU, que inclusive menciona os efeitos negativos para a NUCLEP, que possuía informações deficientes em termos de relevância por ter um ativo registrado contabilmente com o valor menor que o valor justo.

### 24.5 - PREJUÍZOS ACUMULADOS

No exercício de 2025, a Companhia apurou um prejuízo de R\$4.087, do qual foram deduzidos o valor relativo à reserva de reavaliação, R\$ 1.231, sendo esse saldo transferido para reserva de incentivos fiscais.

### LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS

|   | Dezembro 2025 |
|---|---------------|
| Lucro (Prejuízo) líquido do exercício de 2025   | (4.087)       |
| Realização da reserva de reavaliação            | 1.231         |
| Baixa de Saldo da reserva de incentivos fiscais | 2.856         |
| TOTAL   | -             |

## 25 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

### 25.1 - RECEITA BRUTA DE VENDAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS

A receita bruta de vendas de produtos e serviços engloba os valores relativos às contraprestações pelo cumprimento das obrigações de desempenho acordadas nos instrumentos contratuais firmados pela empresa com a Eletronuclear, tais como a locação de área externa para armazenamento de equipamentos de Angra 3 e a fabricação e fornecimento de condensadores para usina nuclear de Angra 3. Além disso, inclui acordos com a Frank's Internacional Brasil Ltda. para a industrialização por soldagem e armazenamento de tubos e para a utilização de infraestrutura fabril; com a Amazul para o fornecimento de peças forjadas do Bloco 40 do LABGENE; com a Incomisa para industrialização por corte, recorte, furação e gravação de chapas pertencentes ao projeto 220397 Torre Boel; com a INB por serviços de manutenção para a Autoclave Basculante RB11BH701; com a CTMSP para fabricação de Geradores de Vapor; com a Superpesa para serviço de apoio, incluindo disponibilização do Terminal de Uso Privativo - TUP; com a EBSE para industrialização parcial das Estacas de Sução; e a Petrosbras para industrialização de Estacas Topedoss. De acordo com as Informações por Segmento estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 22, em conjunto com o CFC e a CVM (Deliberação CVM nº 103/22), a receita bruta por cliente está discriminada abaixo:

| RECEITA BRUTA POR CLIENTES | Dezembro 2025 | Dezembro 2024 |
|----------------------------|---------------|---------------|
| AMAZUL                     | -             | 6.013         |
| CTMSP                      | 71            | 493           |
| ELETRONUCLEAR              | 1.313         | 7.420         |
| FRANK'S                    | -             | 45            |
| PETROBRAS                  | 6.004         | 21.873        |
| SUPERPESA                  | 6.418         | 60            |
| INCOMISA                   | 11.944        | 37            |
| INB                        | 255           | 216           |
| EBSE                       | 10.871        | 3.532         |
| FLUXO                      | 1.471         | -             |
| HANSA                      | 16            | -             |
| TOTAL                      | 38.363        | 39.689        |

### 25.1.1 - REGIME ESPECIAL DE TRIBUTAÇÃO PARA A INDÚSTRIA DE DEFESA - RETID

Aplica-se ao contrato CT 11/2019, estabelecido com a Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - Amazul (conclusão da fabricação, montagem e fornecimento do vaso e estruturas internas da contenção e a fabricação do tanque de blindagem primária incluindo seu tanque de expansão e os seus trocadores de calor do LABGENE - Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica - Bloco 40), o benefício do RETID, que tem por objetivo estimular o desenvolvimento de projetos na área estratégica de defesa. Dadas as isenções da PIS/Pasep, da COFINS e do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, verifica-se um impacto no reconhecimento da receita inerente ao projeto, uma vez que seus custos são suprimidos em consequência da desoneração tributária.

### 25.1.2 - O REGIME ADUANEIRO ESPECIAL DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE BENS - REPETRO INDUSTRIALIZAÇÃO

Aplica-se ao contrato com a Petróleo Brasileiro S.A., referente ao fornecimento de estacas torpedo. É um regime especial brasileiro que visa incentivar a industrialização de bens destinados à exploração e produção de petróleo e gás natural. Criado pelo governo federal, esse regime permite a importação temporária de máquinas, equipamentos, componentes e outros insumos necessários para a produção e manutenção de bens utilizados na indústria de petróleo e gás, com suspensão ou redução de impostos. Os benefícios são a suspensão ou isenção de tributos como imposto de importação - II, IPI, PIS/PASEP, COFINS e adicional ao frete para renovação da Marinha Mercante - AFRMM; diferimento ou isenção do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS.

### 25.2 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DO TESOIRO NACIONAL - SUBVENÇÕES

Em virtude da falta de investimentos na área nuclear e atuando em um mercado bastante restrito, a Companhia foi obrigada a reorientar suas atividades comerciais para outros segmentos. Com isso, as necessidades de capital de giro vêm sendo supridas com recursos da União, em forma de subvenções. Os suportes financeiros recebidos são destinados à manutenção da empresa que têm como objetivo fazer face às despesas com pessoal e parte do custo operacional. São registrados contabilmente em conformidade com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC nº 07, ou seja, as receitas de subvenções são confrontadas com os custos e as despesas correspondentes.

| RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS - POR VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO | Dezembro 2025 | Dezembro 2024 |
|--|---------------|---------------|
| Pessoal  | 361.924       | 370.610       |
| Custeio: sentença e benefícios                       | 40.574        | 455           |
| Custeio/Investimentos                                | 46.205        | 39.597        |
| Realização de subvenção                              | 1.780         | 4.751         |
| Total dos recursos orçamentários do Tesouro Nacional | 450.483       | 415.413       |
| TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA                   | 488.846       | 455.102       |

| CONSOLIDAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA                | Dezembro 2025 | Dezembro 2024 |
|--|---------------|---------------|
| Receita Operacional Bruta                                  | 488.846       | 455.102       |
| (-) Impostos, Contribuições e outras deduções sobre vendas | (10.161)      | (2.584)       |
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA                                | 478.685       | 452.518       |

## 26 - CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS

Custos dos Produtos Vendidos referem-se ao total dos custos diretos relacionados à produção dos bens e serviços vendidos composto de matérias-primas e insumos, salários, encargos sociais e outros benefícios diretos, custos indiretos de fabricação (água, luz, gás, depreciação de maquinários e outros custos operacionais que não podem ser diretamente atribuídos a um produto específico). Os custos são reconhecidos na demonstração do resultado no período em que as receitas correspondentes são realizadas.

A política contábil adotada para a determinação dos custos segue as diretrizes do CPC 16 - Estoques e IFRS 2 - Inventários.

| CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS POR CLIENTES | Dezembro 2025 | Dezembro 2024 |
|---|---------------|---------------|
| CTMSP                                     | (67)          | (298)         |
| PETROBRÁS                                 | (7.243)       | (18.505)      |
| AMAZUL                                    | -             | (5.601)       |
| ELETRONUCLEAR                             | (60)          | (7.124)       |
| EBSE                                      | (11.011)      | -             |
| FLUXO                                     | (1.490)       | -             |
| FRANK'S                                   | -             | (42)          |
| INB                                       | -             | (184)         |
| INCOMISA                                  | (7.827)       | (2.020)       |
| SUPERPESA                                 | (12.098)      | (58)          |
| TOTAL                                     | (39.796)      | (33.832)      |

## 27 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS E COMERCIAIS

São os gastos incorridos pelas áreas da Presidência; dos Conselhos de Administração e Fiscal; das Diretorias Administrativa e Comercial, além dos custos não aplicados à produção da Diretoria Industrial, a saber:

| DESPESAS ADMINISTRATIVAS E COMERCIAIS                 | Dezembro 2025 | Dezembro 2024 |
|---|---------------|---------------|
| Salários e Encargos                                   | (229.670)     | (249.618)     |
| Benefícios  | (36.873)      | (20.003)      |
| Previdência   | (13.866)      | -             |
| Previdência complementar - termo de equacionamento    | (28.812)      | (39.357)      |
| Materiais, serviços e provisões                       | (185.772)     | (114.586)     |
| Depreciação, amortização e perda por recuperabilidade | (5.960)       | (7.518)       |
| Demais despesas e reversões                           | 65.528        | 18.230        |
| TOTAL   | (435.425)     | (412.851)     |

## 28 - RECEITAS/DESPESAS FINANCEIRAS (RESULTADO FINANCEIRO)

O resultado financeiro corresponde aos encargos de juros, variações monetárias e cambiais sobre o saldo dos passivos exatíveis (despesas financeiras) deduzidos das receitas financeiras.

| RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS | Dezembro 2025 | Dezembro 2024 |
|---------------------------------|---------------|---------------|
| Receitas Financeiras            | -             | -             |
| variações monetárias            | 1.339         | 1.991         |
| TOTAL DAS RECEITAS FINANCEIRAS  | 1.339         | 1.991         |
| Despesas financeiras            | -             | -             |
| variações monetárias            | -             | (38)          |
| juros, multas e taxas           | (1.940)       | (2.509)       |
| TOTAL DAS DESPESAS FINANCEIRAS  | (1.940)       | (2.547)       |
| RESULTADO FINANCEIRO            | (601)         | (556)         |

## 29 - BENEFÍCIO PÓS EMPREGO

O NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social é uma entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira por prazo indeterminado, criada em 1979, com sede na cidade do Rio de Janeiro e com funcionamento autorizado por meio da Portaria nº 1.514, de 02 de maio de 1979 do antigo Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), que aprovou seu estatuto. Por se tratar de uma entidade cujo objeto é gerir fundos previdenciários, o Nucleos é regido pelas Leis Complementares nº 108/2001 e 109/2001. A Entidade tem por objetivo instituir e administrar planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares aos da Previdência Social, acessíveis aos empregados e respectivos beneficiários vinculados aos seus patrocinadores: (i) Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP; (ii) Eletronuclear S.A.; (iii) Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB; e aos empregados do próprio Nucleos.

As fontes de custeio dos planos de benefícios são as contribuições dos participantes ativos e assistidos e das patrocinadoras. As referidas contribuições são destinadas à formação das provisões, reservas e fundos necessários à garantia do pagamento dos benefícios contratados e da manutenção da estrutura administrativa da Entidade. Os recursos são aplicados de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e normas expedidas pelo CNPC e Previc.

### 29.1 - PLANOS DE BENEFÍCIOS

A NUCLEP possui os seguintes planos de benefícios oferecidos aos seus empregados:

#### 29.1.1 - PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIOS - PBB (PLANO BD-PBB OU PBB)

O PBB é um plano de benefícios de caráter previdenciário, estruturado na modalidade Benefício Definido (BD), com solidariedade dos compromissos entre os patrocinadores, nos termos do Convênio de Adesão. O regulamento em vigor foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), por meio da Portaria nº 710, de 24 de outubro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 29 de outubro de 2021. Desde 29 de outubro de 2021, o PBB encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes. Os seguintes benefícios são oferecidos aos seus participantes e beneficiários a título de suplementação (benefício complementar ao da Previdência Social) na forma do Regulamento: (i) aposentadoria por tempo de contribuição; (ii) aposentadoria por tempo de contribuição antecipada; (iii) aposentadoria especial; (iv) aposentadoria especial antecipada; (v) aposentadoria por idade; (vi) aposentadoria por invalidez; (vii) pensão por morte; e (viii) auxílio-doença. Ocorrendo a cessação do vínculo empregatício com a patrocinadora, o participante poderá optar pelos institutos previstos na legislação, observadas as condições estabelecidas no Regulamento do Plano: (i) resgate; (ii) autopatrocínio; (iii) benefício proporcional diferido - BPD; e (iv) portabilidade.

A quantidade de participantes do PBB está demonstrada no quadro a seguir:

| PARTICIPANTES | NUCLEOS*      |               | NUCLEP        |               |
|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
|               | Dezembro 2025 | Dezembro 2024 | Dezembro 2025 | Dezembro 2024 |
| Ativos        | 2.474         | 2.578         | 525           | 538           |
| Aposentados   | 1.647         | 1.607         | 394           | 391           |
| Pensionistas  | 445           | 435           | 77            | 70            |
| TOTAL         | 4.566         | 4.620         | 996           | 999           |

\* Todas as patrocinadoras do plano PBB

#### 29.1.2 - PLANO CD-NUCLEP ("CD-NUCLEP")

O Plano CD-Nuclep é um plano de benefícios de caráter previdenciário, estruturado na modalidade Contribuição Definida (CD).

O Regulamento do Plano em vigor foi aprovado pela Previc pela Portaria nº 96, de 11 de fevereiro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 23 de fevereiro de 2021.

Os benefícios oferecidos aos participantes e beneficiários do plano são: (i) aposentadoria normal, (ii) aposentadoria por invalidez e (iii) pensão por morte. A concessão desses benefícios dependerá do preenchimento de requisitos de elegibilidade e demais condições estabelecidas no regulamento, que também fixa regras para a opção pelos institutos obrigatórios previstos na legislação, em caso de cessação do vínculo com a patrocinadora.

O Plano conta com 35 participantes ativos em 31 de dezembro de 2025 e 33 participantes em dezembro 2024.

#### 29.2 - AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIOS - PBB-BD

Em conformidade com o estabelecido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 33 - Benefícios a Empregados, alinhado ao tratamento previsto pelo *International Accounting Standards - IAS 19 (International Accounting Standards Board-IASB)* e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM - Deliberação CVM nº 695/2012, a Nuclep procedeu à avaliação atuarial independente das obrigações decorrentes do programa de benefício pós-emprego, do Plano Básico de Benefícios - PBB-BD, através da empresa Assistants Consultoria Ltda - Registro CIBA nº 068, cujos resultados são abaixo expostos. A avaliação independente, utilizando o método do crédito unitário projetado e considera o custo do benefício acumulado e o custo futuro esperado com base nas projeções atuariais e nas premissas financeiras adotadas, ou seja, o benefício total projetado é alocado proporcionalmente ao tempo de serviço do participante até o momento do cálculo. Em 31 de dezembro de 2025, a avaliação independente apurou os seguintes resultados:

#### PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO - BD

##### DADOS POPULACIONAIS

|  | Dezembro 2025 | Dezembro 2024 |
|--|---------------|---------------|
| 1. Participantes Ativos                      | -             | -             |
| 1.1. Total de empregados vinculados ao plano | 517           | 525           |
| 1.2. Idade média (anos)                      | 43,10         | 42,38         |
| 1.3. Tempo médio de empresa (total)          | 17,40         | 16,62         |
| 1.4. Idade média de aposentadoria (anos)     | 58,20         | 58,14         |
| 1.5. Salário médio (R\$)                     | 16.869        | 14.626        |

##### 2. Aposentados

|  |        |        |
|--|--------|--------|
| 2.1. Total de aposentados              | 402    | 404    |
| 2.2. Idade Média (anos)                | 66,80  | 65,73  |
| 2.3. Suplementação líquida média (R\$) | 11.678 | 10.699 |

##### 3. Pensionistas

|                       |
|-----------------------|
| 3.1. Total de pension |
|-----------------------|



**NUCLEP**  
NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A.  
CNPJ Nº 42.515.882/0001-78

MINISTÉRIO DE  
MINAS E ENERGIA



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

contábeis emitidas CPC nº 25, em conjunto com o CFC e a CVM (Deliberação CVM nº 72/22).

| ATIVOS CONTINGENTES    | Dezembro 2025 | Dezembro 2024 |
|------------------------|---------------|---------------|
| Processos Cíveis       | 477.392       | 458.907       |
| Processos Trabalhistas | 300           | 235           |
| TOTAL                  | 477.692       | 459.142       |

### 31.1 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO

Em 16 de dezembro de 1997, a NUCLEP firmou o contrato C-291/AB-001 para arrendamento do Terminal Marítimo e parte das instalações de sua propriedade com a empresa TMC - Terminal Multimodal de Coroa Grande SPE S/A para administração, exploração e operação do Terminal Portuário. Durante a evolução do contrato alguns investimentos que estavam previstos não foram realizados e a TMC deixou de honrar parte dos compromissos financeiros contratuais. Na tentativa de não denunciar o contrato a NUCLEP pactuou 5 (cinco) aditamentos com o objetivo de viabilizar o saldo a receber e, consequentemente, refazer o plano de recebimento, incluindo as novas obrigações assumidas pelo arrendatário. Entretanto, a TMC continuou inadimplente levando a NUCLEP, em 29 de setembro de 2004, a ingressar em juízo com Ação de Cobrança cumulada com pedidos de rescisão contratual e reintegração de posse do terminal portuário.

Finalmente, em 27 de março de 2009, após o trânsito em julgado da sentença proferida no juízo arbitral, a NUCLEP ganhou a reintegração de posse do terminal e da área retro portuária, mas, quanto à dívida, a empresa teve que ingressar com ação de Execução de Títulos Extrajudiciais distribuída na 36ª Vara Cível da Comarca de Capital - RJ, que ainda aguarda decisão.

A NUCLEP considera o ganho da causa provável, mas o recebimento do montante da dívida é incerto. Por esse motivo, tem-se optado por manter o registro contábil em contas de controle o valor de R\$ 388.343, que corresponde ao total da dívida corrigida e acumulada conforme parecer inicial do jurídico da NUCLEP 056/2020/ATG/PJG-1/NUCLEP.

### 32 - PREJUÍZOS FISCAIS E BASES NEGATIVAS DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia possui prejuízos fiscais e, consequentemente, bases negativas de contribuição social, que geram créditos fiscais e não se encontram refletidos nas demonstrações contábeis.

| RESULTADO FISCAL    | Dezembro 2025 | Dezembro 2024 |
|---------------------|---------------|---------------|
| Imposto de Renda    | 131.711       | 128.855       |
| Contribuição Social | 143.458       | 140.603       |

### 33 - PRINCIPAIS TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em conformidade com o estabelecido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 05- Divulgação sobre Partes Relacionadas, a Companhia possui uma política de transações com partes relacionadas, revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração, conforme disposto no Estatuto Social da Nuclep.

Esta política orienta a Nuclep na celebração de transações com partes relacionadas de modo a assegurar que as decisões sejam direcionadas sempre com vistas ao interesse da Companhia, dos acionistas e da sociedade, alinhados à transparência, aos processos, às exigências legais e às melhores práticas de governança corporativa. Os Princípios da Política de Transações com Partes Relacionadas da Nuclep têm como alicerce os requisitos de competitividade, conformidade, transparência, equidade.

São partes relacionadas da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP:

(i) União, detentora de 100% das ações da Nuclep, representada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN;

(ii) Ministério de Minas e Energia - MME, como órgão supervisor;

(iii) Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, responsável pelo aprimoramento da governança nas empresas estatais federais;

(iv) Secretaria do Tesouro Nacional - STN, representando a União nos assuntos orçamentário, financeiro e de contabilidade federal;

(v) Eletronuclear S.A., como principal cliente da Companhia;

(vi) Industrias Nucleares do Brasil - INB, cliente da Companhia e integrante do setor nuclear vinculada ao ministério supervisor;

(vii) Núcleos Instituto de Seguridade Social, entidade de previdência complementar, administradora dos planos de previdência privados de natureza previdenciária, acessíveis aos empregados da Nuclep;

(viii) Marinha do Brasil - Centro Tecnológico da Marinha em SP (CTMSP) e Centro de Intendência Tecnológico da Marinha (CEITMSP), como clientes da Companhia;

(ix) Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL, como cliente da Companhia;

(x) Petrobras S.A, como cliente da Companhia e integrante do ministério supervisor;

(xi) Uma pessoa, ou um membro próximo de sua família, está relacionada com a entidade que reporta a informação se: (a) tiver o controle pleno ou compartilhado da entidade que reporta a informação; (b) tiver influência significativa sobre a entidade que reporta a informação; ou (c) for membro do pessoal chave da administração da entidade que reporta a informação ou da controladora da entidade que reporta a informação.

| PARTES RELACIONADAS  | Tesouro Nacional | Marinha CTMSP | Marinha CEITMSP | Eletr Amazonia Azul | Nucleos  | Petrobras | Total     |
|----------------------|------------------|---------------|-----------------|---------------------|----------|-----------|-----------|
| <b>Ativo</b>         |                  |               |                 |                     |          |           |           |
| Direitos a Receber   | 355.785          | 29.567        | -               | 27.195              | 15.565   | 9.665     | 437.777   |
| <b>Passivo</b>       |                  |               |                 |                     |          |           |           |
| Obrigações a Pagar   | -                | (33)          | (1.890)         | (2.351)             | (33.627) | (286.335) | (324.236) |
| <b>Dezembro 2025</b> | 355.785          | 29.534        | (1.890)         | 24.844              | (18.062) | 9.665     | 113.541   |

### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.  
Diretores e Conselheiros da  
**Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP**  
CNPJ Nº 42.515.882/0001-78

**Relatório de Auditoria (01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025)**

#### Opinião

Examinamos as Demonstrações Contábeis da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP que compreendem as Demonstrações Contábeis compostas pelo Balanço Patrimonial - BP; Demonstração do Resultado do Exercício - DRE; Demonstração do Resultado Abrangente - DRA; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL; Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC; Demonstração do Valor Adicionado - DVA e Notas Explicativas - NE do exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 2025, assim como o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Contábeis".

Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Contábeis

A administração da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP é responsável pela apresentação dessas Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para emitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações Contábeis, a administração é responsável, pela avaliação da capacidade da Agência continuar operando, divulgando seus serviços e quando aplicável, reportar os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações Contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Contábeis.

#### Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis.

Nosso objetivo é o de obter segurança razoável de que as Demonstrações Contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes, independentemente se causadas por fraude ou erro, e, emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Pontuamos que segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

### PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2025

#### CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social da Companhia, em cumprimento ao disposto no art. 163, incisos II e VII da Lei nº 6.404/76, e no inciso II do art. 11 do Regimento do Conselho Fiscal, apresenta ao Acionista Controlador:

#### PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2025

O Conselho Fiscal da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP procedeu ao exame do Relatório Integrado, do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração do Valor Adicionado, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e as Notas Explicativas da Administração relativas às demonstrações financeiras, como também o Parecer da Auditoria Interna, o Parecer do Comitê de Auditoria e o Relatório dos Auditores Independentes - Metrópoles Soluções.

Todos os documentos supramencionados foram aprovados pela Diretoria Executiva na 803ª Reunião, realizada no dia 19.03.2026, e pelo Conselho de Administração, em sua 203ª Reunião, realizada no dia 20.03.2026, o qual se manifestou favoravelmente à aprovação, desde que procedidos os ajustes sugeridos pelo Conselho Fiscal.

Os ajustes sugeridos pelo Conselho Fiscal e acatados pelo Conselho de Administração foram os seguintes: no que se refere às demonstrações financeiras, constatou-se a ausência, nas notas explicativas, de justificativa clara para o prejuízo apurado de R\$ 4,087 milhões, o que compromete a adequada compreensão dos resultados do exercício de 2025, sobretudo diante do crescimento da receita operacional líquida e do lucro bruto em relação a 2024, reforçando a necessidade de explicitação das causas que conduziram a esse resultado. Conforme esclarecido pela Gerência de Contabilidade, o resultado negativo decorre, principalmente, da emissão de notas fiscais destinadas à regularização

### 34 - REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

Em observância à Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, nº 30, de 04 de agosto de 2022, demonstramos a remuneração dos membros da Diretoria Executiva, Conselhos de Administração e Fiscal, dos Comitês de Auditoria e de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração e a dos empregados e os benefícios concedidos, conforme quadro abaixo:

|   | Remunerações |           |           |
|---|--------------|-----------|-----------|
|   | Média Mensal | Maior     | Menor     |
| Diretoria executiva                                       | 37.138,17    | 37.138,17 | 37.138,17 |
| Empregados  | 18.314,96    | 46.366,19 | 4.642,09  |
| Conselho de administração                                 | 4.023,30     |           |           |
| Conselho fiscal   | 4.023,30     |           |           |
| Comitê de auditoria                                       | 4.363,86     |           |           |
| Comitês de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração | 4.023,30     |           |           |

#### Benefícios Concedidos

|  | Valor  |
|--|--------|
| Assistência médica                       | 11.354 |
| Alimentação                              | 7.104  |
| Cesta básica                             | -      |
| Auxílio creche                           | 449    |
| Auxílio transporte                       | 9.918  |
| Previdência complementar patronal        | 15.750 |
| Quantidade de contratados até 31/12/2025 | 2      |

### 35 - ANÁLISE ENTRE CONTABILIDADE DE ACORDO COM A LEI 6.404/76 E A LEI 4.320/64

Após análise das conciliações entre a contabilidade feita de acordo com a Lei 6.404/76 e aquela promovida conforme a Lei 4.320/64, a NUCLEP apresenta o Balanço Patrimonial emitido pelo SIAFI WEB para evidenciação da ocorrência de divergência entre a lei societária e a pública.

| BALANÇO PATRIMONIAL                                    | SIAFI        | AJUSTES        | SOCIETÁRIO        |
|--|--------------|----------------|-------------------|
| <b>Ativo</b>   |              |                |                   |
| Estoque  | 175.448      | (50.767)       | 124.681           |
| Outros créditos  | 18.401       | (2.114)        | 16.287            |
| Despesas a realizar                                    | -            | 21.119         | 21.119            |
| Caução   | 3.697        | (232)          | 3.464             |
| <b>Passivo</b>   |              |                |                   |
| Fornecedores   | 30.223       | 5.742          | 35.965            |
| Obrigações tributárias - PC                            | 22.725       | (4.786)        | 17.938            |
| Obrigações tributárias - PNC                           | -            | (4.786)        | 4.786             |
| <b>Patrimônio Líquido</b>                              |              |                |                   |
| (-) Lucros/Prejuízos acumulados                        | 34.881       | (37.736)       | (2.856)           |
| <b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO</b>                       | <b>SIAFI</b> | <b>AJUSTES</b> | <b>SOCIETÁRIO</b> |
| Receitas industriais                                   | 42.573       | (4.209)        | 38.363            |
| (-) Custos dos Produtos Vendidos - CPV                 | (8.696)      | (31.100)       | (39.796)          |
| (-) Despesas operacionais administrativas e comerciais | (432.715)    | (2.710)        | (435.425)         |

### 36 - CONTINUIDADE OPERACIONAL DA COMPANHIA

De acordo com a base contábil de continuidade operacional, as demonstrações contábeis são elaboradas com base no pressuposto de que a entidade está operando e continuará a operar em futuro previsível - NBCTA 570 AUD.

### 37 - DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Declaramos, na qualidade de diretores da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP, sociedade por ações com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3.500 - Salas 613 e 614, Bloco 01, Barra da Tijuca - Rio de Janeiro - RJ - Cep: 22.640-102, inscrita no CNPJ sob o nº 42.515.882/0001-78, que revimos, discutimos e concordamos com o conjunto das Demonstrações Financeiras e com o Relatório dos auditores independentes da Metrópole Auditores Independentes S/S acerca das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

|  |   |   |
|--|---|---|
| <b>Maurício Pessoa Garcia Junior</b><br>Diretor Administrativo | <b>Adeilson Ribeiro Telles</b><br>Presidente da NUCLEP                                  | <b>Alexandre Vianna Santana</b><br>Diretor Industrial |
|  | <b>Nicola Mirto Neto</b><br>Diretor Comercial   |   |
|  | <b>Rosângela Vieira Paes da Silva</b><br>Gerente de Contabilidade<br>CRC-RJ 084.188/O-4 |   |

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações Contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorções relevantes nas Demonstrações Contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante, resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso pela administração, da base contábil de continuidade operacional, e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações Contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Contábeis, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e, comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Brasília - DF, 04 de março de 2026

|  |  |
|--|--|
| <b>Fábia Marques Braga</b><br>CRC: 013977/DF<br>Metrópole Auditores Independentes AssociadoS S/S.<br>CNPJ: 43.384.179/0001-30<br>CNAI-PJ: 000287<br>CRC: 003374<br>CVM: 013277 | <b>Reinaldo Santos Oliveira Júnior</b><br>CRC: 006350/SE<br>Metrópole Auditores Independentes Associados S/S.<br>CNPJ: 43.384.179/0001-30<br>CNAI-PJ: 000287<br>CRC: 003374<br>CVM: 013277 |
|--|--|

de dívidas da Companhia, informação que o Conselho Fiscal entende ser imprescindível constar expressamente nas notas explicativas, em observância aos princípios de transparência e evidenciação adequada.

Em relação ao Relatório Integrado e ao Relatório da Administração, verificou-se a ausência de tratamento adequado da dependência da Companhia em relação a recursos do Tesouro Nacional, tema relevante e de natureza estratégica, cuja redução constitui objetivo não alcançado e que, ao contrário, aparenta distanciamento ao longo do tempo, devendo ser reconhecido como desafio relevante à gestão.

Foram ainda identificadas inconsistências entre os relatórios e as demonstrações financeiras quanto à atribuição do prejuízo às restrições orçamentárias. Embora tais restrições possam constituir elemento relevante no contexto geral da Companhia, não foram determinantes, uma vez que as demonstrações financeiras indicam que, no exercício de 2025, houve aumento da receita e do lucro bruto, sendo o prejuízo decorrente, essencialmente, do comportamento das despesas, não havendo elementos que permitam atribuí-lo diretamente às referidas restrições.

Registra-se, por fim, que as recomendações apresentadas resultaram na inclusão das informações pertinentes nas notas explicativas e na revisão dos relatórios, de modo a promover maior coerência, transparência e aderência às boas práticas de governança. Nesse contexto, após análise, debates e esclarecimentos dos questionamentos formulados, o Conselho Fiscal concluiu que, uma vez implementadas as correções, complementações e ajustes apontados, todos os fatos relevantes conhecidos até a data deste parecer, relativos ao exercício de 2025, encontram-se adequadamente refletidos no Relatório Integrado, no Relatório da Administração e nas Demonstrações Financeiras, os quais poderão ser submetidos à apreciação da Assembleia Geral Ordinária.

|  |  |  |
|--|--|--|
| <b>Waldir Antônio Gervásio</b><br>Conselheiro suplente | <b>Isabel Terra Siebra de Sousa</b><br>Conselheira | <b>Hemeline Lúcia Camata Soares</b><br>Conselheira |
|--|--|--|

#### COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

demonstrações financeiras e o Parecer da Auditoria Interna.

Após a análise dos documentos apresentados e aceitação dos esclarecimentos prestados, o COAUD concluiu que todos os fatos relevantes para registros contábeis sobre o exercício de 2025, conhecidos até a data deste Parecer, estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras, as quais estão aptas para serem submetidas à apreciação e aprovação pelo Conselho de Administração.

|   |  |   |
|---|--|---|
| <b>Luciano Campos Frade</b><br>Presidente | <b>Luis Odair A. G. Raymundo</b><br>Membro | <b>Francisco Clerton R. Barreto</b><br>Membro |
|---|--|---|

Diário do  
**Acionista**

(21) **99122-4278**

(11) **2655-1899**





## DOUGLAS RUAS

## Presidente da Alerj pede ao Supremo para assumir governo do RJ

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), deputado Douglas Ruas (PL), pediu ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) para exercer interinamente o governo do estado até que a Corte decida sobre as eleições para mandato-tampão do Executivo estadual.

Ruas foi eleito, na semana passada, para comandar a Casa após o ex-deputado Rodrigo Bacellar (União) ter sido cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) na mesma decisão que condenou o ex-governador Cláudio Castro à inelegibilidade até 2030.

O novo presidente disse ao Supremo que deve assumir o comando do estado interinamente por estar na linha sucessória, conforme determina a Constituição fluminense.

Dessa forma, segundo o parlamentar, o presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), Ricardo Couto de Castro, que exerce interinamente o cargo de governador do estado, não pode continuar no cargo.

"Se permanência do presidente do Tribunal de Justiça no exercício da chefia do Executivo se legitimava, em caráter subsidiário, enquanto inexistente ou inviável a investidura do primeiro sucessor constitucional, a recomposição válida da presidência da Assembleia Legislativa faz cessar a causa impeditiva que autorizava o afastamento prático da linha sucessória prevista no art. 141 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro", argumentou Ruas.

O pedido para o presidente da Alerj assumir o cargo de governador foi enviado ao ministro Luiz Fux, relator de uma das ações que vai decidir se as eleições para o mandato-tampão serão de forma direta (voto popular) ou indireta (votos dos deputados da Alerj).

## ENCONTRO

No início desta noite, Ruas se reuniu com o ministro Cristiano Zanin, relator de outra ação que trata das eleições no Rio. Na saída da reunião, o presidente da Alerj preferiu não dar declarações à imprensa.

Segundo o deputado federal Altineu Côrtes (PL-RJ), que participou do encontro, o ministro sinalizou que pretende

aguardar a decisão final da Corte sobre o mandato-tampão para decidir quem vai assumir o comando do estado.

"Foi uma conversa institucional. O processo está com o ministro Flávio Dino, aguardando a publicação do acórdão", afirmou.

No dia 9 de abril, o STF suspendeu o julgamento sobre as eleições no Rio após um pedido de vista de Dino.

O ministro disse que pretende devolver o processo para julgamento depois da publicação do acórdão do julgamento do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que condenou o ex-governador Cláudio Castro à inelegibilidade.

## ENTENDA

A eleição para o mandato-tampão deverá ser realizada porque a linha sucessória do estado ficou desfalçada.

No dia 23 de março, o ex-governador Cláudio Castro foi condenado à inelegibilidade pelo TSE. Em função da condenação, o tribunal determinou a realização de eleições indiretas para o mandato-tampão.

Contudo, o PSD recorreu ao Supremo e defendeu eleições diretas. No dia anterior ao julgamento, Castro renunciou ao mandato para cumprir o prazo de desincompatibilização para se candidatar ao Senado. Ele poderia deixar o cargo até o dia 4 de abril.

A medida foi vista como uma manobra para forçar a realização de eleições indiretas, e não diretas. Com a renúncia, o ex-governador poderia ter influência na eleição indireta de um aliado para o governo interino. O pleito direto poderia favorecer Eduardo Paes, do PSD, pré-candidato ao governo do Rio.

O ex-vice-governador Thiago Pampolha deixou o cargo, em 2025, para assumir uma vaga no Tribunal de Contas do estado. Desde então, o estado não tem vice-governador.

O próximo na linha sucessória seria o presidente da Alerj, o ex-deputado estadual Rodrigo Bacellar. No entanto, o parlamentar foi cassado na mesma decisão do TSE que condenou Castro e já deixou o cargo.

Atualmente, o presidente do Tribunal de Justiça, Ricardo Couto de Castro, exerce interinamente o cargo de governador do estado.

## EMPRÉSTIMO

# UE aprova US\$ 106 bilhões para armar Ucrânia na guerra

A União Europeia aprovou ontem, um pacote de empréstimo substancial para ajudar a Ucrânia a atender suas necessidades econômicas e militares pelos próximos dois anos.

A UE também aprovou uma nova série de sanções contra a Rússia por sua guerra na Ucrânia. As medidas foram preparadas no início deste ano e deveriam ser anunciadas em fevereiro, mas a Hungria e a Eslováquia se opuseram.

Hungria e Eslováquia estão em conflito com a Ucrânia desde que as entregas de petróleo russo aos dois países da UE foram interrompidas em janeiro, após um oleoduto ter sido danificado. Autoridades ucranianas atribuíram o dano a ataques de drones russos.

A Ucrânia precisa desesperadamente do pacote de empréstimo de 90 bilhões de euros (US\$ 106 bilhões) para sustentar sua economia devastada pela guerra e ajudar a manter as forças russas sob controle. A Hungria irritou seus parceiros da UE ao descumprir um acordo de dezembro para fornecer os fundos.

"Hoje (quinta-feira), o Conselho aprovou o último elemento necessário para permitir o de-

sempenho do empréstimo de 90 bilhões de euros para a Ucrânia", disse o Ministro das Finanças, Makis Keravnos. "Os desembolsos do empréstimo começarão o mais breve possível, fornecendo apoio vital para as necessidades orçamentárias mais urgentes da Ucrânia."

A aprovação política para o pacote de empréstimo veio depois que o petróleo russo voltou a fluir para a Eslováquia através do oleoduto Druzhba, que atravessa a Ucrânia. O primeiro-ministro eslovaco, Robert Fico, saudou o desenvolvimento, chamando-o de "boa notícia".

"Esperemos que uma relação séria entre a Ucrânia e a União Europeia tenha sido estabelecida", disse Fico.

A Ucrânia e a maioria de seus aliados europeus se opõem às importações de petróleo russo, que ajudaram a financiar a guerra do presidente russo Vladimir Putin contra a Ucrânia, agora em seu quinto ano. Mas, diferentemente do resto da União Europeia, a Hungria e a Eslováquia ainda dependem da Rússia para suas necessidades energéticas.

O primeiro-ministro da Hungria, Viktor Orbán, recentemente derrotado nas eleições, acu-

sou a Ucrânia de atrasar deliberadamente os reparos - alegação negada pelo presidente ucraniano, Volodimir Zelenski.

Fico afirmou na quinta-feira que ainda não acreditava que o oleoduto tivesse sido danificado e alegou que o oleoduto e o petróleo "foram usados na atual disputa geopolítica".

O fluxo foi retomado às 2h da manhã de quinta-feira, após três meses, informou o Ministério da Economia da Eslováquia, removendo um grande obstáculo para a aprovação dos fundos da UE para a Ucrânia ainda na quinta-feira, justamente quando os líderes da UE se reuniam para uma cúpula no Chipre.

A UE, composta por 27 nações, pretendia inicialmente usar ativos russos congelados como garantia para o empréstimo. Mas essa opção foi bloqueada pela Bélgica, onde se encontra a maior parte dos ativos congelados.

Em dezembro, a República Tcheca, a Hungria e a Eslováquia concordaram em não impedir que seus parceiros da UE tomassem empréstimos nos mercados internacionais, desde que os três países não tivessem que participar do esquema.

Mas Orbán, que repetida-

mente bloqueou a ajuda da UE à Ucrânia, irritou os outros 24 países ao renegar o acordo posteriormente devido à disputa sobre o oleoduto e à medida que a campanha eleitoral se intensificava antes das eleições de 12 de abril, nas quais ele foi derrotado por uma margem expressiva.

## SANÇÕES

A UE também vem tentando, desde fevereiro, aprovar uma nova série de sanções contra a Rússia, que foram bloqueadas pela Hungria e pela Eslováquia devido à disputa pelo petróleo.

Espera-se que as sanções aprovadas na quinta-feira incluam a proibição de serviços marítimos que auxiliam a Rússia no transporte de petróleo e visem os setores de serviços financeiros e comércio do país. Dezenas de outros navios que operam na frota paralela russa, transportando petróleo, também devem ser alvos das sanções.

A receita do petróleo é o pilar da economia russa, permitindo que Putin invista dinheiro nas forças armadas sem agravar a inflação para a população em geral e evitando um colapso da moeda.

## Zelenski diz que EUA mantêm envio de armas apesar da guerra com o Irã

As entregas de armas dos EUA para a Ucrânia não foram interrompidas apesar da guerra com o Irã, e ataques ucranianos de longo alcance continuam atingindo a produção de petróleo e fábricas russas, afirmou ontem o presidente ucraniano, Volodimir Zelenski.

"Claro, estamos atingindo o que é doloroso para a Rússia, e é muito doloroso", disse Zelenski em mensagens de voz a jornalistas. Ele afirmou que as perdas russas causadas pelos ataques já somam dezenas de bilhões de dólares.

Não foi possível verificar de forma independente os comentários de Zelenski, mas autoridades russas têm informado que ataques atingiram infraestrutura em regiões a mais de 1.000 quilômetros dentro do território russo.

Enquanto a Rússia mantém sua invasão em grande escala,

iniciada em 24 de fevereiro de 2022, a Ucrânia vem usando tecnologia doméstica de drones e mísseis para atacar o território russo. As Forças Armadas ucranianas também utilizam sistemas de defesa aérea Patriot, de fabricação americana, para deter ataques de mísseis russos contra o território da Ucrânia.

"Vemos que os russos não querem parar - estão atingindo nosso setor de energia e nosso povo. Vamos responder", disse Zelenski

## PRÍNCIPE HARRY

A resistência da Ucrânia diante do Exército russo, numericamente superior, voltou a ser elogiada pelo príncipe Harry, que chegou a Kiev ontem para sua terceira visita em um ano.

Os ucranianos demonstraram "força não apenas em bravura e capacidade, mas em uni-

dade, em confiança", afirmou em discurso em uma conferência de segurança na capital.

A Ucrânia "continua a se manter unida - e unida você precisa permanecer", disse.

O duque de Sussex desembarcou de um trem na principal estação de Kiev após uma viagem noturna a partir da Polônia, que é a única forma de chegar à capital ucraniana.

## ATAQUE DE DRONES

Horas antes da chegada de Harry, três pessoas morreram e 10 ficaram feridas em um ataque russo com drones contra a cidade de Dnipro, no centro da Ucrânia, segundo Oleksandr Hanzha, chefe da administração militar regional.

Um prédio de 13 andares e um edifício administrativo foram danificados no ataque, afirmou Hanzha no aplicativo Telegram.

Enquanto isso, as defesas aéreas russas interceptaram 154 drones ucranianos sobre regiões da Rússia, a península da Crimeia anexada, o mar de Azov e o mar Negro, informou o Ministério da Defesa russo.

Autoridades da região de Krasnodar, na costa russa do mar Negro, disseram que 276 bombeiros no porto de Tuapse combatiam pelo terceiro dia consecutivo um grande incêndio causado por um ataque ucraniano com drones no início da semana.

Material tóxico do incêndio caiu com a chuva, cobrindo vários distritos de Tuapse com uma camada preta de sujeira, de acordo com o centro regional de emergência. A concentração no ar de substâncias químicas do incêndio superou níveis admissíveis, disseram autoridades, que recomendaram aos moradores permanecerem em casa.

## FERIADO

## Fiéis se concentram no centro do Rio para celebrar São Jorge

ANNA KARINA DE CARVALHO/ABRASIL

Feriado no estado do Rio de Janeiro, o dia de São Jorge começou ainda durante a madrugada desta quarta-feira, com a chegada de fiéis à Avenida Presidente Vargas, no centro da capital fluminense, no entorno do Campo de Santana, local que concentra uma das principais manifestações religiosas da cidade. A data é feriado desde 2008. Em 2019, São Jorge foi oficializado como padroeiro do Rio de Janeiro.

Tradicionalmente representado como um cavaleiro que derrota um dragão, o santo é associado à proteção, à coragem e ao enfrentamento das adversidades. O público se reuniu próximo ao palco montado em frente à Biblioteca Parque Estadual para acompanhar a tradicional alvorada às 5h, seguida de missa solene celebrada pelo padre Wagner Toledo.

"Cada um aqui tem a sua batalha. Cada coração aqui conhe-

ce um peso. Cada vida aqui já enfrentou ou está enfrentando o dragão", disse o padre ao receber os fiéis. A cantora Azula Cristina Pereira destacou a dimensão religiosa e cultural da data, associada também às religiões de matriz africana.

"Venho todo ano (para a celebração de São Jorge). Nem sempre consigo acordar para a madrugada, então estou feliz de estar aqui hoje. Para mim, que faço parte das religiosidades africanas, a gente cultua São Jorge junto com Ogum. Tudo está vinculado ao trabalho, à luta", afirmou. Azula ressalta o sincretismo religioso como expressão de resistência histórica.

Esse sincretismo é uma das marcas da devoção a São Jorge no Brasil. Nas religiões afro-brasileiras, como umbanda e candomblé, o santo é frequentemente associado a Ogum, orixá guerreiro ligado ao ferro e às batalhas. Em algumas regiões, também pode ser relacionado a Oxóssi.

## FALA STRAÇO

## Trump diz ter 'controle total' de Ormuz e afirma que Estreito está 'selado'

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump (foto), afirmou ontem que os EUA têm "controle total" sobre o Estreito de Ormuz e que nenhuma embarcação pode entrar ou sair da via marítima sem aprovação da Marinha americana, em mais uma escalada da pressão sobre o Irã.

Em publicação na Truth Social, Trump declarou que o estreito está "completamente selado" até que Teerã "seja capaz de fazer um acordo". "Temos controle total sobre o Estreito de Ormuz. Nenhum navio pode entrar ou sair sem a aprovação da Marinha dos Estados Unidos", escreveu.

Na mesma postagem, o presidente afirmou que o Irã enfrenta dificuldades para definir sua liderança, citando disputas internas entre "linha-dura", que, segundo ele, estariam "perdendo feio no campo de batalha", e moderados, que "não são nada moderados", mas estão gan-

hando espaço.

A declaração veio minutos após Trump ordenar que a Marinha americana "atire para matar" contra embarcações que estejam instalando minas em Ormuz.

## ATIRAR EM NAVIOS

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou ontem ter ordenado à Marinha americana que "atire para matar" em qualquer embarcação que esteja instalando minas nas águas do Estreito de Ormuz, em nova escalada das tensões com o Irã na principal rota global de transporte de petróleo.

Em publicação na Truth Social, Trump disse que a ordem vale para "qualquer barco, por menor que seja", envolvido na atividade. "Não deve haver hesi-

tação", escreveu. O presidente também afirmou que navios-varredores de minas dos EUA já atuam na região e determinou a ampliação da operação. "Estamos limpando o estreito agora. Estou ordenando que essa atividade continue, mas em um nível triplicado", declarou.

A postagem veio após os EUA apreenderem ontem mais um petroleiro associado ao contrabando de petróleo iraniano, ampliando o impasse com Teerã. Um dia antes, a Guarda Revolucionária do Irã (IRGC) assumiu o controle de duas embarcações no Estreito de Ormuz, depois de atacar três navios cargueiros

## ISRAEL ESTÁ PREPARADO

O ministro da Defesa de Israel, Israel Katz, disse que o país

